

SUMÁRIO

- 65 — Exortação Pastoral de Paulo VI Aos Bispos da América Latina
- 78 — Constituição Dogmática Sobre a Igreja (*Lumen Gentium*) — II
- 102 — Que Espera a Sociedade Moderna das Congregações Religiosas?
- 110 — A Solidariedade da Igreja na Alemanha: MISE-REOR e ADVENIAT
- 117 — *Consultas* : Faculdades Para os Moderadores Supremos Das Religiões Clericais de Direito Pontifício e os Abades Presidentes das Congregações Monásticas

Note e Anote: *Paulo VI expõe suas preocupações a um jornalista*, 123; *CRB Informa*, 125; *Pelas Revistas*, 126; *Recensões Bibliográficas*, 128.

Documentos Pontifícios

Exortação Pastoral de Paulo VI Aos Bispos da América Latina

No dia 23 de novembro de 1965, a duas semanas do término dos trabalhos conciliares, reuniram-se, na Sala Clementina no Vaticano, 8 cardeais e cerca de 400 bispos de todos os países da América Latina. O Santo Padre lhes dirigiu o discurso, que abaixo transcrevemos.

Sem dúvida, foi uma audiência de excepcional importância. Mais importante, porém, o discurso! Substancial e sincero. Desce à análise dos principais problemas que afligem o Continente. Não pára aí! Aponta as vias de solução. Para todos nós e por muitos anos, deverá este discurso, no espírito do Vaticano, ser um ponto de referência obrigatória. Fugindo aos moldes formais, as palavras de Paulo VI não se restringem a generalidades. Corajosamente, falam elas de situações reais e, inclusive, liquidam certas questões até ontem controvertidas. Para o futuro imediato, tem a pastoral latino-americana seus rumos traçados pela autoridade do Pastor Universal.

A REDAÇÃO

Senhores Cardeais,
Veneráveis Irmãos,

.....

É fácil para vós imaginar, Senhores Cardeais e Veneráveis Irmãos, quão grande comoção invade o Nosso espírito ao ver-vos aqui reunidos. São-Nos bem conhecidos os vossos sentimentos de profunda devoção e de comprovada fidelidade para com a Sé Apostólica, que exigem a Nossa afetuosa retribuição.

Décênio do CELAM

Ao comemorarmos o décimo aniversário da instituição do Conselho Episcopal Latino-Americano, ocorreria espontaneamente volver um olhar

retrospectivo ao decênio transcorrido, que o Senhor abençoou e tornou fecundo de atividades e iniciativas. Deveríamos fazer um longo elenco de instituições e de obras que surgiram em colaboração com a Nossa Comissão para a América Latina, oferecendo uma valiosa contribuição ao vosso ministério pastoral e encontrando em todos vós inteligentes e zelosos animadores.

Mas, antes que comprazer-Nos em fazer um resumo do passado, quereríamos estender-Nos em direção do futuro, especialmente em relação àquelas tarefas que se deverá ainda desenvolver para consolidar, ampliar e aperfeiçoar o primissor trabalho até aqui realizado.

É o momento, e dos mais propícios, pois nos reúne na fase final do Concílio Ecumênico Vaticano II. Vós regressareis às vossas dioceses depois dos encontros que vos receberam aqui por quatro vezes, pondo-vos em contato com preciosas experiências pastorais de outros Co-Irmãos no Episcopado. Levareis convosco novos Decretos Conciliares de capital importância para o vosso trabalho cotidiano e cuja imediata aplicação é confiada à vossa fina sensibilidade pastoral. Dêles, além disso, receberéis estímulo e encorajamento para as vossas iniciativas, que não serão mais realidades isoladas, mas serão enquadradas na renovação espiritual que a Igreja promoveu através do Concílio.

E consenti-Nos agora algumas fraternas considerações próprias à vossa condição de Pastores de almas em tão grande porção do Povo de Deus.

Situação geral na América Latina

Nós conhecemos e seguimos não sem apreensão, embora confiando sempre na indispensável assistência do Alto, a situação da América Latina nos seus diversos elementos: religioso, político, econômico e social. Estamos até convencidos que é necessário ter deles um conceito claro, porque toda solução que não tenha na devida consideração esta complexa realidade corre o risco de ficar inadequada, se não talvez ineficaz.

A América Latina apresenta uma sociedade em movimento, sujeita a mudanças rápidas e profundas. Estas transformações são evidentes em primeiro lugar na acentuada expansão demográfica que, na opinião dos especialistas, no ritmo atual, no fim do século, elevará a população latino-americana a mais de meio bilhão. Somente este fenômeno repercute com tão graves conseqüências em todos os setores da vida e de modo especial alerta o Pastor, o qual pergunta o que pode fazer em concreto a Igreja para acolher em seu seio e encaminhar para uma vida verdadeiramente cristã os novos filhos — e são milhões — que ano a ano se agregam ao seu numeroso rebanho. No Pastor define-se uma primeira tomada de posição: defender o que existe; mas isto não basta, seja porque o que existe não é adequado à totalidade da população e das necessidades, seja porque o que existe está atingido e arrastado pelo movimento e pela transformação.

Um conjunto de problemas, análogos entre si e em íntima relação com a evolução a que acenávamos e que despertam a atenção vigilante do Pastor, provém de diversos outros fatores, como :

-- da integração sempre mais rápida das populações rurais na vida das nações; integração devida à própria transformação da economia, como também aos mais avançados meios de comunicação;

-- da corrente humana que se desloca com rapidez nas migrações internas, particularmente intensa em algumas regiões;

— do urbanismo que, em proporções sempre maiores, cria, em torno das grandes cidades, modificando-lhes o aspecto, verdadeiras cinturas de população heterogênea pela formação e nível de cultura, atraída pelo ganho mais fácil que a indústria oferece. Uma vez que as cidades não estão preparadas para receber um número tão relevante de novos habitantes, surgem gravíssimos problemas religiosos e sociais, entre os quais, especialmente, uma promiscuidade perniciosa de vida, em virtude da falta de habitações.

Existe, além disso, um outro fato, fonte de profunda separação entre os cidadãos da mesma sociedade : de um lado os que estão aptos a cultivar o desejo de elevação intelectual e de aperfeiçoamento humano; do outro, os que, impedidos pelo analfabetismo ainda difuso, não podem ter acesso aos benefícios da cultura, incapazes até de conhecer o que é progresso e desenvolvimento humano e portanto de dar sua colaboração.

No plano estritamente social, nota-se que — enquanto a massa da população adquire sempre mais consciência de suas desfavoráveis condições de vida e cultiva um desejo incoercível e bem justificado de mudanças satisfatórias, manifestando, às vezes de modo violento, uma crescente inconformidade que poderia constituir uma ameaça para as próprias estruturas fundamentais de uma sociedade bem organizada — não faltam ainda, infelizmente, os que permanecem fechados ao sópro inovador dos tempos e que se demonstram privados não só de sensibilidade humana, mas também de uma visão cristã dos problemas que se debatem ao redor deles.

Em tal estado de inquietação entre esperanças desiludidas e não correspondidas, infiltram-se facilmente forças operantes perigosas, que vêm desagregar a unidade religiosa e moral do conjunto social até agora penosamente mantida. Entre estas forças sobressai, no setor econômico-social, como sendo a mais prejudicial e mais atrativa, o marxismo ateu que, com o seu "messianismo" social, faz do progresso humano um mito e coloca toda a esperança nos bens econômicos e temporais; determina um ateísmo doutrinal e prático; propugna e prepara a revolução violenta como único meio para a solução dos problemas; aponta e exalta o exemplo dos países onde ele firmou suas ideologias e seus sistemas. No campo religioso, está presente e ativa uma propaganda anticatólica de várias proveniências, a qual ameaça a unidade espiritual do continente, produz incerteza e dúvida, lança desconfiança sobre a obra da Igreja Católica, desorienta os bons, nem sempre cria um fato religioso positivo e, se o cria, o faz por fora e em prejuízo da firmeza da unidade católica.

Condições para o trabalho pastoral da Igreja

Para completar o quadro, deveríamos ressaltar, como se apresentam no complexo de uma tal situação, as condições negativas e positivas no confronto do trabalho pastoral que a Igreja está destinada a desenvolver.

O continente latino-americano é definido como católico: é a sua glória e a sua felicidade. Este catolicismo, que tem um peso numérico notável no seio da comunidade católica do mundo, revela, porém, — e o dizemos com solícito afeto paternal — aspectos negativos, que denotam uma fraqueza e falta de homens e de meios. Poder-se-ia falar de um estado de fraqueza orgânica, que manifesta uma urgente necessidade de revitalizar e de reanimar a vida católica de modo a torná-la mais substanciosa nos princípios doutrinários e mais sólida na prática. Dir-se-ia que a fé do povo latino-americano deve ainda realizar uma plena maturidade de desenvolvimento.

Qual é na verdade a solidez, a consciência, a capacidade de resistência da vida católica? Em que camadas sociais se concretiza? Qual é o seu grau de cultura? Que estatísticas se têm sobre a observância religiosa? Sobre a moralidade familiar e sobre as vocações eclesásticas? Vós, que conheceis os índices da frequência média aos sacramentos e à missa dominical e os gravíssimos danos causados à família pela lei do divórcio introduzida em muitos países, achareis justificadas as Nossas apreensões.

Outro elemento que pesa sobre a situação religiosa na América Latina é a falta de homens no campo apostólico, de modo especial sacerdotes. Sempre se insistiu muito, e justamente, sobre o angustiante problema da grave falta do clero: o fato é demais evidente para que se possa subestimar sua importância. Será conveniente, antes, reexaminar os critérios que até agora foram seguidos com a finalidade de utilizar mais proficuamente as forças de que se pode dispor, e se perguntar, entre outras coisas, se sempre se teve cuidado de melhor distribuir o clero de modo a eliminar as desproporções que em não poucos casos existem entre o número de sacerdotes empenhados nas grandes cidades e os que são enviados ao interior, e se sempre se preocupou também com a utilização racional do clero em atividades estritamente apostólicas.

O discurso pode-se aplicar também aos Religiosos, os quais devem representar sempre forças verdadeiramente vivas no apostolado mediante os centros exemplares e importantes de vida espiritual que eles criaram e saberão criar.

Intimamente relacionado com a falta de homens está o grau de eficiência das estruturas pastorais em relação ao aumento das exigências de hoje: deve-se por isso estudar atentamente se estas são adequadas e suficientes nas cidades e no campo e o que se pode fazer para polarizar novamente em torno da Igreja a vida dos modernos centros urbanos.

Acenamos, enfim, à falta de meios, necessários também estes para a Igreja, embora não constituam a principal preocupação do Pastor, o qual coloca a sua confiança na Providência. Aqui é o caso de ver se a Igreja se

valeu sempre dos seus bens para a comunidade e se não se deixou sobrecarregar em algum lugar por bens temporais improdutivos, especialmente fundiários, que hoje não têm mais a função de outrora e aos quais seria sábio dar um melhor emprêgo. É dever, a êste respeito, recordar --- e é para Nós agradável fazê-lo públicamente — que alguns Episcopados da América Latina, encorajados e autorizados por esta Sé Apostólica, já puseram à disposição dos mais necessitados entre os seus fiéis grandes propriedades fundiárias da Igreja para uma racional produção, comprometendo-se em acompanhar o processo de transformação agrária.

Na diagnose que se vem delinçando, é consolador, por outro lado, entrever os muitos elementos positivos de acentuado valor, que tornam mais otimista a visão de conjunto e constituem motivo de firme esperança para o Pastor.

O povo é bom e profundamente religioso por natureza; recebe com presteza e ótimas disposições de espírito a mensagem evangélica; é batizado na Igreja Católica, nela quer viver, e se orgulha de lhe pertencer. No conjunto, a Igreja vive em clima de liberdade e de paz propício para um trabalho profícuo; representa a mais válida força capaz de salvar o continente, com o prestígio social e moral que possui. A Igreja existe e tem estruturas seculares, sólidas e respeitáveis; se ela se movimenta, é ainda amplamente seguida; se faz sentir a sua voz, é ainda amplamente ouvida; ela deve portanto manifestar a sua vitalidade e valer-se plenamente das suas grandes possibilidades de ação com uma pastoral dinâmica, que seja adequada ao ritmo das transformações em curso.

Dêste modo a Igreja não chegará nunca a se encontrar avulsa e separada da vida da sociedade na qual, por mandato divino, foi chamada a atuar. A Igreja deve testemunhar com os fatos que não foi somente parte integrante do processo de formação de cada um dos países da América Latina, mas que quer ser ainda hoje farol de luz e de salvação no processo da transformação em ato.

Face a uma atividade de tal tipo, seria prejudicial cair num estado de timidez, de medo e de desconfiança, que desarma e tolhe também aos melhores homens o ímpeto necessário para um árduo trabalho construtivo. A Igreja deve ter confiança em si mesma e deve saber infundir coragem e confiança em seus filhos ministros de Deus e fiéis, lembrando-lhes que “não são carnis as armas com que lutamos. Elas, porém, são poderosas em Deus” (*II Cor 10,4*). O momento é propício: o Concílio Ecumênico suscitou um forte despertar de energias, que é necessário saber alimentar e pôr em ação; produzir uma expectativa ardente no público e que não se pode decepcionar.

O Pastor, portanto, terá sempre olhos abertos sobre o mundo, porque a observância e a vigilância evangélica devem continuar, porque o mundo muda e é necessário saber satisfazer-lhe as crescentes exigências e interpretar seus novos anseios. O Pastor saberá servir-se do auxílio de especialistas, teólogos e sociólogos, para preparar dirigentes capazes, quer no clero quer no laicato; promoverá frequentes cursos de atualização

pastoral, convidando com espírito de fraterno entendimento sacerdotes, religiosos, religiosas e leigos, aos quais terá o cuidado de ensinar os sólidos princípios da genuína espiritualidade pastoral, que na fé fixa as raízes de seu desenvolvimento. Para o exato conhecimento das situações e da urgência do trabalho, o Pastor fará um amplo e eficiente uso dos dados sociológicos colhidos e elaborados, sobre as condições religiosas do País.

CRITÉRIOS DE AÇÃO

Caráter extraordinário

A consideração de eventuais deficiências ocorridas na obra pastoral e a individualização dos pontos nevrálgicos, sobre os quais ocorre concentrar os esforços de evangelização, devem empenhar o Pastor em dirigir a atividade apostólica sobre algumas linhas fundamentais.

Imprimir-se-á em primeiro lugar, ao trabalho pastoral, um caráter extraordinário pelo compromisso sério e profundo que a ele se dará; pelas formas de ação decididas e tempestivas que se porá em movimento de modo a tornar mais ampla a proclamação do Evangelho, como também pelo emprêgo dos homens aos quais se recorrerá.

Unitário

Mas, já que os problemas de hoje são gerais, requerem soluções gerais de conjunto; ninguém poderia resolvê-los sozinho. Daí o caráter unitário de que deve revestir-se a ação pastoral de hoje: o que comporta um entendimento permanente sobre os critérios, e periódico no controle, a ser exercido em base nacional, com as Conferências Episcopais, e em base continental, com o Conselho Episcopal Latino-Americano. A união íntima e o esforço de conjunto dos Bispos não diminuem a liberdade e as responsabilidades pessoais de cada um, mas eliminam os efeitos prejudiciais provocados pelas divisões internas.

Planificado

Em terceiro lugar, na obra pastoral não se pode proceder cegamente: o apóstolo não é um que corre sem meta ou que bate no ar (*I Cor 9,26*); evita hoje o comodismo e o perigo do empirismo. Uma sábia planificação portanto pode oferecer também à Igreja um meio eficaz e incentivo de trabalho. Nós sabemos que em alguns dos vossos países, em resposta ao convite que o nosso Predecessor João XXIII, de venerável memória, dirigiu com a Carta Apostólica *Ad dilectos Americae Latinae populos*, de 8 de dezembro de 1961 (*AAS*, 54, 1962, pp. 28-31), foram elaborados planos de pastoral de conjunto pelas Conferências Episcopais; o exemplo pode ser seguido também por outros Episcopados. Diremos até mais:

sob certos aspectos e para certos assuntos, poderá também ser útil e oportuno estudar um plano de nível continental, através do vosso Conselho Episcopal, na sua função de órgão de contato e de colaboração entre as Conferências Episcopais da América Latina.

A planificação impõe escolha e comporta renúncias também ao que é melhor, às vezes : é um cultivo intensivo e extensivo reduzido ao essencial, que obriga a renunciar a cultivos talvez belos, mas limitados ou supérfluos. O plano de pastoral deve, além disso, estabelecer claramente as metas que persegue, fixar os critérios de escolha e prioridade entre as múltiplas necessidades apostólicas e ter na devida conta os elementos, pessoal e também meios, de que se pode dispor. O plano de pastoral será mais concreto se fôr determinado também quanto ao tempo de aplicação e se articular em uma pastoral de tipo missionário, que não se limita a conservar intactas ou a aperfeiçoar posições conquistadas, mas se dirige para a expansão e a conquista.

Para garantir a execução dos planos de pastoral será conveniente instituir, como foi feito em algumas nações, um Secretariado de coordenação do apostolado, dependente das Conferências Episcopais, com ramificações e conexões em cada diocese, que lhes garantam um eficiente funcionamento.

Evitando os danos dos extremismos, recordamos ainda uma vez que é indispensável trabalhar unidos : aqui a uniformidade é força, torna-se tradição.

Conforme a doutrina da Igreja

O Pastor enfim age sempre segundo a doutrina da Igreja : esta, com admirável continuidade e oportunidade, soube sempre adaptar a sua ação a qualquer difícil momento histórico, suscitando, por virtude do Espírito de Deus que a acompanha, formas e instituições sempre novas para satisfazer a novas necessidades.

LINHAS PRINCIPAIS DE AÇÃO: OS INSTRUMENTOS

Clero

Falta examinar rapidamente os fins principais de ação a promover na comunidade cristã através das pessoas e das instituições de que se dispõe.

Primeiríssimo dever do Pastor é assistir e confortar os seus sacerdotes, os diocesanos e outros vindos em auxílio. Deve refletir : se sempre teve cuidado de encaminhar as energias dos sacerdotes de maneira mais frutuosa, procurando antes de tudo conhecer bem as suas aptidões particulares, ajudando-os e acompanhando-os paternamente nas suas empresas apostólicas ; se é sempre solícito quando alguns sacerdotes atraves-

sam dolorosas crises de fé, de vocação e de coragem e têm, por isso, urgente necessidade de conforto e de estímulo, e de ver novamente brilhar ante seu olhar desnorteado, em tôda a sua grandeza e seu esplendor, a altíssima vocação que os chamou a colaborar para formar um mundo nôvo.

Providencialmente, como dizíamos, vós recebeis a generosa colaboração de sacerdotes provenientes de outras nações; êsses, entretanto, têm mentalidade e formação diferentes da vossa : daí a necessidade de diretrizes coordenadoras e unificadoras oferecidas à sua filial e dócil compreensão, com o escopo de evitar que uma heterogeneidade de ação disperse preciosas energias e torne menos eficazes também os mais esforçados trabalhos apostólicos.

Vocações e Seminários

O pensamento do clero Nos leva naturalmente às vocações eclesísticas e aos seminários. Diremos somente uma palavra para sublinhar o grande amor e a solícita preocupação que o Pastor deve ter para com o seminário; êle será muito prudente em introduzir novos métodos educativos e formativos estranhos até agora à experiência da Igreja e ao exemplo dos Santos; sem tentar perigosos experimentos que poderiam comprometer o bom êxito de preciosas vocações, saberá dar aos candidatos a formação apostólica específica que exige o ambiente de seu futuro ministério.

Será pois constante a procura de vocações, o estudo para suscitá-las nas paróquias e nas escolas católicas com esclarecida e discreta propaganda mediante a Obra diocesana.

Leigos

Importantes são as responsabilidades que se devem atribuir aos leigos na Igreja, hoje : o Concílio Ecumênico os fêz objeto de estudo especial e lhes indicou o lugar e os encargos. Compete ao Pastor portanto saber escolhê-los e elevá-los a colaboradores especialmente na Ação Católica, como também dar maior caracterização pastoral aos movimentos de apostolado que de outro modo seriam atrofiados e falhariam na sua finalidade. Os leigos devem suprir a ação do sacerdote e, em perfeita sintonia com a Jerarquia, servir como pontas avançadas para transmitir a mensagem da salvação à sociedade do nosso tempo, penetrar suas estruturas, nobilitá-las e estimulá-las decididamente para a frente, a fim de favorecer, com o progresso integral da pessoa humana e da sociedade, o incremento do reino de Deus.

Religiosos e religiosas

Tributamos uma deferente homenagem à eleita falange de religiosos e religiosas, que representam uma fôrça bem considerável da Igreja

no continente latino-americano, e nos alegramos em saber que sempre mais numerosos se apresentam. Vós os apreciáis e ansiosamente lhes solici-tais a colaboração. Pois bem, estas providenciais energias apostólicas de-vem encontrar seu lugar adequado no plano diocesano de ação pastoral. Para isto enquanto vos exortamos, Veneráveis Irmãos, a manter e a coordenar a obra dos religiosos e das religiosas, recomendamos vivamen-te a êstes correspondam plenamente à confiança que nêles depositam os sagrados Pastôres, de receber de bom grado o convite e de colaborar com generosidade de todos os modos, mesmo se, para a consecução de um bem maior, fôsse necessário renunciar aos próprios pontos de vista e in-terêsses particulares. Isto é exigido para a edificação do Corpo de Cristo que é a Igreja, último e único fim de tôda a atividade apostólica.

As instituições

Como as pessoas, também as instituições existem para o apostolado. A Igreja na América Latina possui felizmente uma rede de escolas e uni-versidades católicas próprias, embora não completa: deve-se sustentá-las e encorajá-las; têm uma grande responsabilidade: daí o dever de melho-rar o corpo docente, de cuidador da sólida formação religiosa e moral dos alunos, atraindo o maior número possível, mesmo com oportunas fa-cilitações econômicas, particularmente nas escolas de nível elementar, das quais seria desejável cada paróquia fôsse provida.

A escola católica, além disso, deve aspirar a irradiar a sua benéfica influência e a fazer fraternamente chegar a sua indireta influência dos princípios e das teses cristãs também a tôdas as outras escolas, principal-mente as universitárias, das quais depende a formação da classe dirigente de amanhã. Deve ter, por isso, cuidado de modo especial da assistência aos estudantes, mesmo nas universidades leigas, constituindo centros de reunião e, se as circunstâncias o aconselham, também paróquias univer-sitárias, como se fêz com bom sucesso em alguns casos.

Rádio e televisão

A ação intensiva de evangelização que o mundo de hoje exige faz presente a necessidade de recorrer, em medida mais ampla do que no passado, a um sábio uso dos poderosos modernos meios de comunicação social, como também dos órgãos da imprensa. Congratulamo-Nos viva-mente ao saber que a Igreja na América Latina possui estações rádio-emissoras próprias: dever-se-á vigiar a fim de que correspondam plena-mente aos fins apostólicos que lhes sugeriram a criação. Os jornais cató-licos, diários e semanais, são úteis instrumentos de difusão da verdade, a conservar e melhorar no conteúdo e na apresentação, que os torne aceitos por um vasto círculo de leitores. Procurar-se-á também influir sôbre a imprensa não propriamente católica, a qual, por sua maior difu-são, constitui um valioso meio para fazer conhecido o pensamento da

Igreja sobre os grandes problemas que assoberbam a humanidade. Aproveitar-se-á, enfim, da possibilidade que freqüentemente é oferecida à Igreja para a transmissão de programas católicos através de emissoras leigas.

A Comunidade

Mediante um bom uso destes instrumentos, a obra de evangelização da Igreja alcançará o seu fim : não se limitará a algumas camadas, mas abraçará, como é seu dever, a comunidade toda nos seus diversos elementos. A Igreja, a casa de todos e não de poucos privilegiados, é destinada a inserir na massa humana o fermento capaz de manter unido e de elevar o mundo inteiro; ela não se deixa paralisar na formação de especialistas nos vários setores do apostolado, mas procura também aproveitá-los para um trabalho apostólico de cada vez maior raio de ação.

Juventude e estudantes

Na vossa comunidade social, os jovens formam a parte proeminente, e a eles de modo especial deve dirigir-se a evangelização. O número, as energias, os problemas dos jovens põem em primeira linha entre as tarefas pastorais a do cuidado da juventude, quer em massa, quer em grupos selecionados. É dever, e é interêsse. Entre os jovens, especiais preocupações serão para os estudantes que entrarão na vida com uma tarefa especial e também porque são os mais expostos, por causa da idade e do perigo de influências adversas. A Igreja continuará a tomar iniciativas concretas, para a educação de base dos analfabetos, levando-lhes, juntamente com as mais elementares noções escolares, os elementos essenciais da doutrina e do ensino católico. São vossa glória nesse setor várias obras, entre as quais a *Acción Cultural Popular-Escuelas Radiofónicas*, da Colômbia, e o *Movimento de Educação de Base*, do Nordeste do Brasil.

Mundo do trabalho: assistência aos trabalhadores

A Igreja olha com amor, compreensão e confiança para o mundo do trabalho; e o Pastor mostrará sua solicitude na assistência moral e espiritual aos trabalhadores, no bom conhecimento de seus problemas humanos, no secundar o desejo de uma promoção social, no abrir à sua visão terrena das coisas os horizontes cristãos tão ricos de fermentos vitais também para a sua existência cotidiana.

Ação social

Uma pastoral para a comunidade deverá incluir outrossim um decidido apoio para uma específica ação social. A consciência de ser e de querer ser homens no nosso tempo nos fará conhecer também a necessidade imperiosa e a medida justa da nossa participação humilde mas sincera na solução dos problemas humanos da hora que vivemos.

“A nossa contribuição à paz — dizíamos aos Padres Conciliares no regresso de nossa viagem de Paz às Nações Unidas — tornar-se-á mais eficaz e mais preciosa quando nós todos, persuadidos de que a paz deve ter por fundamento a justiça, nos fizermos advogados da justiça. Porque de justiça tem grande necessidade o mundo, de justiça quer Cristo que nós tenhamos fome e sede”.

Na justiça, o aspecto social é o que mais impressiona e interessa o mundo em geral e de modo particular o latino-americano, onde intensos e profundos são os contrastes.

A imploração dolorosa de tantos que vivem em condições indignas de seres humanos não pode deixar de nos ferir, Veneráveis Irmãos, nem deixar-nos inativos; ela não pode e não deve ficar, enquanto nos é possível, desatendida e insatisfeita.

Devemos assumir um solene compromisso a fim de que a Igreja, movida e inspirada sempre pela caridade de Cristo, que veta o caminho a soluções de desordem e de violência, assumia as suas responsabilidades para a consecução de uma sã ordem de justiça social em relação com todos.

O trabalho a desenvolver é delicado e árduo; a certeza de satisfazer também nisto a um impreterível dever pastoral nos dará a necessária coragem evangélica.

Devemos por isto promover a formação de uma consciência social cristã orientada para uma solução decidida e solícita dos problemas: a Igreja dê o exemplo com o cumprimento dos seus deveres sociais e com o testemunho de sua pobreza; procure-se enfim que os organismos nacionais de Pastoral Social, surgidos ou a instituir em dependência das Conferências Episcopais, sejam ativos, vitais e bem dirigidos.

O CEIAM pode desenvolver quanto a isto um trabalho útil de coordenação, estimulando a unidade de ação nas coisas que a exigem, embora na liberdade das iniciativas e dos métodos práticos, que devem adaptar-se aos fatores próprios dos diferentes países.

É necessário todavia que sejam bem claras e definidas as posições da Igreja frente ao processo social em ato na América Latina. Dissemos que é dever da pastoral conhecer o fato social; logo, não é suficiente recordar a doutrina social da Igreja e ensiná-la abstratamente; é necessário favorecer sua aplicação nas situações reais à medida que se apresentam, a traduzi-la em normas concretas de ação, delimitando oportunamente os campos de responsabilidade da Jerarquia e dos Leigos.

Comunidade paróquial

A evangelização dos diferentes setores levará à consecução do fim último, transformando as paróquias, especialmente, em verdadeiras e autênticas comunidades eclesiais nas quais ninguém se sente estranho, mas da qual todos são parte integrante: os jovens e os mais avançados em idade, os que possuem e os que possuem menos, os intelectuais e os mais afastados e fechados à cultura; cada um possa haurir com abundância das

fontes da graça alimentadas com inexaurível riqueza por Cristo Senhor, e reponha em circulação na comunidade os frutos da vida divina mediante o exercício de uma caridade viva e operante que vê as necessidades e corre pressurosa e solícita para onde é urgente a penúria dos irmãos.

Entre os fatores que mais diretamente contribuem à formação destas comunidades recordaremos a Sagrada Liturgia na renovada participação dos fiéis na celebração dos divinos mistérios, disciplinada em conformidade com a Constituição Conciliar e com as diretivas de aplicação emanadas da Santa Sé. Os fiéis, ao oferecerem o mesmo sacrifício, ao participarem da mesma mesa e ao celebrarem os louvores do Senhor com os mesmos cânticos, sentir-se-ão verdadeiramente uma família divina, povo de Deus peregrino em direção à celeste Jerusalém. Vós, Veneráveis Irmãos, tendes já experimentado a eficácia pastoral da Liturgia, quer da liturgia pascal, quer, especialmente, da sacramental: sabeis extrair-lhe os recursos de educação e de formação cristã, de catequese e de estreito laço para a vida da comunidade.

Método

Uma última palavra sobre o método e os critérios nos quais o Pastor sábio e prudente inspirará a ação de um sadio renovamento espiritual. Nós os recordamos também na Nossa Exortação Apostólica *Postremu Sessio* de 4 de novembro passado (1965), referindo-Nos às responsabilidades dos sagrados Pastores no período pós-conciliar. No programa de renovação bem concebido nas linhas principais, gradual e sistemático na execução, o Pastor manterá viva uma fundamental fidelidade às aprovadas tradições apostólicas da Igreja; refletirá e procederá com ponderação antes de introduzir modificações; preparará depois convenientemente o espírito dos fiéis para que as acolham; não se deixará atemorizar pela crítica negativa; nem pelas novidades enquanto tais; manterá as inovações dentro dos limites marcados pela autoridade legítima; recordará além disso que é necessário saber unir com perspicácia "coisas novas e antigas", haurindo das fontes genuínas da história secular da Igreja, sempre guiada pelo Espírito Santo. O Pastor, enfim, recorda que o trabalho pastoral deve ser conduzido com perseverança, porque "o fruto é produzido na perseverança" (Lc 8,15), disposto a deixar a outros o fruto de seu trabalho, porque "um é o que semeia e outro é o que colhe" (Jo 4,37).

Senso de responsabilidade: evangelizar — confiança no Senhor

Abrimos-vos, Veneráveis Irmãos, a Nossa alma sobre alguns problemas práticos, colocando-vos a par de Nossas preocupações e de Nossas esperanças, que são — estamos certos — também as vossas. Dissemos-vos coisas que já conheceis bem e que tendes também passado pelo filtro da vida cotidiana: sempre faz bem, entretanto, recordar juntos os nossos deveres e as nossas responsabilidades.

A evangelização constitua também para nós, como para o Apóstolo Paulo, uma exigência que impele : evangelizar e viver sejam também para nós uma mesma coisa, lembrados que "... é uma obrigação que se me impõe. Ai de mim se eu não anunciar o Evangelho !" (*I Cor 9,16*). Ela não é um fato pessoal e facultativo, mas uma *dispensatio* que nos é confiada pelo próprio Cristo (*ib. 17*). Seja também para nós ideal único da nossa vida de apóstolos "divulgar o Evangelho de Cristo" (*Rom 15,19*). Sejam incansáveis, como exige o Apóstolo Paulo, escrevendo ao diletto filho Timóteo : "... prega a Palavra... Faze a obra de um pregador do Evangelho, e consagra-te ao teu ministério" (*II Tim 4,2-5*). Que nos acompanhe sempre um grande senso de responsabilidade, que pesa sobre nossas humildes pessoas, e de ilimitada confiança no Senhor.

A Bênção Apostólica que damos de coração aos Senhores Cardeais, aos Arcebispos, Bispos, Prelados *nullius*, aos membros da Presidência e dos Serviços do CELAM, a todo o Clero, aos Religiosos, às beneméritas Religiosas, aos movimentos de apostolado dos Leigos e a todos os bons fiéis espalhados pelo imenso continente da América Latina, seja penhor daquela mais abundante graça que vós esperais do Céu sobre os vossos ministérios pastorais, sob o auspício do materno auxílio de Maria Santíssima, que as Américas honram e aclamam como sua especialíssima Padroeira.

COLÉGIO JACOBINA

CURSO PARA EDUCADORAS DA INFÂNCIA

Formação de Professores para Jardins de Infância

Condições :

Certificado de quarta série ginasial

Provas vestibulares de Português (eliminatória), Ciência e Música

As portadoras de curso normal podem matricular-se no segundo ano

Há bolsas de estudos para religiosas

Informações :

Rua São Clemente, 117

(Tel. : 26-9121 e 46-8403)

RIO DE JANEIRO (ZC-02) --- GR

Documentos Conciliares

Constituição Dogmática Sobre a Igreja

(Continuação do número anterior)

CAPÍTULO V

VOCAÇÃO UNIVERSAL À SANTIDADE NA IGREJA

Proêmio

39. A Igreja, cujo mistério é proposto pelo Sagrado Sínodo, cremo-la indefectivelmente santa. Pois Cristo, Filho de Deus, que com o Pai e o Espírito Santo é celebrado como "único Santo" (121), amou a Igreja como sua esposa. Por ela Se entregou com o fim de santificá-la (cf. *Ef* 5,25-26). Uniu-a a Si como Seu corpo e cumulou-a com o dom do Espírito Santo, para a glória de Deus. Por isso na Igreja todos, quer pertençam à Hierarquia, quer sejam por ela apascentados, são chamados à santidade, segundo as palavras do Apóstolo: "Pois esta é a vontade de Deus: a vossa santificação" (*I Tess* 4,3; *Ef* 1,4). Mas esta santidade da Igreja incessantemente manifesta-se e deve manifestar-se nos frutos da graça que o Espírito Santo produz nos fiéis. Ela se exprime multiformemente nos indivíduos que em sua vida tendem à perfeição da caridade, edificando assim os outros. E de modo todo peculiar esta santidade aparece na prática dos conselhos comumente chamados evangélicos. Esta prática dos conselhos abraçada por muitos cristãos sob o im-

(121) Missale Romanum, *Glória in excelsis*. Cf. *Lc.* 1,35; *Mc.* 1,24; *Lc.* 4,34; *Io.* 6,69 (ho haglos tou Theou); *Act.* 3,14; 4,27 et 30; *Heb.* 7,26; 1 *Io.* 2,20 *Apoc.* 3,7.

pulso do Espírito Santo, seja em forma particular, seja em condição ou estado sancionados na Igreja, dá e deve dar ao mundo um preclaro testemunho e exemplo desta mesma santidade.

A vocação universal à santidade

40. O Senhor Jesus, Mestre e Modelo divino de toda perfeição, a todos e a cada um dos discípulos de qualquer condição pregou a santidade de vida da qual Ele mesmo é o autor e o consumidor, dizendo: "Sede, portanto, perfeitos, assim como também vosso Pai celeste é perfeito" (*Mt* 5,48) (122). Pois sobre todos enviou o Espírito Santo para que interiormente os movesse a amarem a Deus com todo o coração, toda a alma, toda a mente e toda a sua força (cf. *Mc* 12,30), e para que se amassem mutuamente como Cristo os amou (cf. *Jo* 13,34; 15,12). Os seguidores de Cristo são chamados por Deus não por suas obras mas segundo Seu designio e Sua graça. Eles são justificados no Senhor Jesus porquanto pelo batismo da fé se tornaram verdadeiramente filhos de Deus e participantes da natureza divina. E assim foram realmente feitos santos. É, pois, necessário que eles, pela graça de Deus, guardem e aperfeiçoem em sua vida a santidade que receberam. São admoestados pelo Apóstolo a viverem "como convém a santos" (*Ef* 5,3), e "como escolhidos de Deus, santos e amados, se revistam de sentimentos de carinhosa compaixão, bondade, humildade, mansidão, longanimidade" (*Col* 3,12), e dêem os frutos do Espírito para a santificação (cf. *Gal* 5,22; *Rom* 6,22). Sendo, porém, que todos nós ofendemos em muito (cf. *Tg* 3,2), precisamos continuamente da misericórdia de Deus e devemos cada dia rezar: "E perdoai-nos as nossas ofensas" (*Mt* 6,12) (123).

É assim evidente que todos os fiéis cristãos de qualquer estado ou ordem são chamados à plenitude da vida cristã e à perfeição da caridade (124). Por esta santidade se promove também na sociedade terrestre um modo mais humano de viver. Com o fim de conseguir esta perfeição façam os fiéis uso das forças recebidas segundo a medida da doação de Cristo, para que, seguindo Seus vestígios e feitos conformes à Sua imagem, cumprindo em tudo a vontade do Pai, se dediquem inteiramente à glória de Deus e ao serviço do próximo. Assim a santidade do Povo de Deus se expandirá em abundantes frutos, como se demonstra luminosamente na história da Igreja pela vida de tantos Santos.

(122) Cf. ORIGENES, *Comm. Rom.* 7,7: PG 14, 1122 B. Ps. — MACARIUS, *De Oratione*, 11: PG 34, 861 AB. S. THOMAS, *Summa Theol.* II — II, q. 184, a. 3.

(123) Cf. S. AUGUSTINUS, *Retract.* II, 18: PL 32, 837 s. — PIUS XII, *Litt. Encycl. Mystici Corporis*, 29 jun. 1943: AAS 35 (1943) p. 235.

(124) Cf. PIUS XI, *Litt. Encycl. Casti Connubii*, 31 dec. 1930: AAS 22 (1930) p. 548. PIUS XII, *Const. Apost. Provida Mater*, 2 febr. 1947: AAS 39 (1947) p. 117. *Alloc. Annus sacer*, 8 dec. 1950: AAS 43 (1951) pp. 27-28. *Alloc. Nel darvi*, 1 jul. 1956: AAS 48 (1956) p. 574 s.

Exercício multiforme da única santidade

41. Nos vários gêneros de vida e ofícios cultiva-se uma mesma santidade por todos os que são movidos pelo Espírito de Deus, obedecem à voz do Pai e adoram a Deus Pai em espírito e verdade. Eles seguem a Cristo pobre, humilde e carregado com a cruz, para que mereçam ter parte na Sua glória. Mas cada qual deve avançar sem hesitação segundo os próprios dons e cargos pelo caminho da fé viva, que excita a esperança e opera pela caridade.

E em primeiro lugar é necessário que os Pastôres da grei de Cristo, à imagem do sumo e eterno Sacerdote, Pastor e Bispo de nossas almas, exerçam seu ministério santa e alegremente, humilde e fortemente. O ofício assim cumprido será também para eles um elevado meio de santificação. Eleitos à plenitude do Sacerdócio, são dotados da graça sacramental, para que, orando, sacrificando e pregando, através de toda forma de cuidado e serviço episcopal, exerçam o múnus perfeito da caridade pastoral (125), não temam expor sua vida em favor das ovelhas e, feitos modelos para o rebanho (cf. *I Pe* 5,3), de dia a dia promovam a Igreja também por seu exemplo a uma santidade maior.

Os Presbíteros, à semelhança da ordem dos Bispos, dos quais formam a coroa espiritual (126), participando com eles da graça do cargo, cresçam, por Cristo, eterno e único Mediador, pelo cotidiano exercício de seu ofício, no amor de Deus e do próximo, conservem o vínculo da comunhão sacerdotal, transbordem em todo bem espiritual e ofereçam a todos o testemunho vivo de Deus (127), êmulos daqueles sacerdotes, que, no decurso dos séculos, muitas vêzes em humilde e escondido serviço deixaram um preclaro modelo de santidade. E o louvor deles ressoa na Igreja de Deus. Por dever de ofício rezam e oferecem o sacrifício em favor de seus fiéis e de todo o Povo de Deus. Tenham em mente o que fazem e imitem aquilo de que se ocupam (128). Não sejam impedidos nem mesmo pelos cuidados apostólicos, pelos perigos e tribulações, mas antes por estas coisas subam a uma santidade mais alta, nutrindo e favorecendo sua ação pela abundância da contemplação, para alegria de toda a Igreja de Deus. Todos os Presbíteros e especialmente os que por peculiar título de sua ordenação são chamados sacerdotes diocesanos lembrem-se quanto aproveita à sua santificação a fiel união e a generosa cooperação com seu Bispo.

Mas são partícipes da missão e da graça do supremo Sacerdote de modo peculiar também os ministros de ordem inferior. Primeiramente os

(125) Cf. S. THOMAS, *Summa Theol.*, II-II, p. 184, a. 5 et 6. De perf. vitae spir., c. 18 ORIGENES, In Is. Hom. 6, 1: PG 13,239.

(126) Cf. S. IGNA'TIUS M., *Magn.* 13, 1: ed FUNK, I, p. 240.

(127) Cf. S. PIUS X, *Exhort. Haerent animo*, 4 aug. 1908: ASS 41 (1908) p. 566 s. *Cod. Iur. Can.*, can. 124, PIUS XI, *Lit. Encycl. Ad oatholici sacerdotii*, 20 dec. 1935: AAS 28 (1936) p. 22 s.

(128) *Ordo consecrationis sacerdotalis*, in *Exhortatione initiali*.

Diáconos, que, servindo aos mistérios de Cristo e da Igreja (129), devem guardar-se puros de todo vício e agradar a Deus e providenciar todo o bem perante os homens (cf. *I Tim* 3,8-10 e 12-13). Os Clérigos que, chamados pelo Senhor e segregados para Sua parte, se preparam sob a vigilância dos Pastores aos ofícios de ministros, estão obrigados a conformar suas mentes e corações a tão preclara eleição. Sejam assíduos na oração, ferventes no amor, refletindo em tudo que é verdadeiro, justo e de boa fama. Façam tudo para a glória e honra de Deus. A estes se juntam aqueles leigos eleitos por Deus, que, a fim de se darem plenamente às obras apostólicas, são chamados pelo Bispo e trabalham na seara do Senhor com muito fruto (130).

Os esposos e pais cristãos, por sua vez, devem seguir o próprio caminho, em amor fiel. Sustentem-se mutuamente na graça no decurso de toda a vida. Impregnem a prole amorosamente recebida de Deus com as doutrinas cristãs e as virtudes evangélicas. Pois assim apresentam a todos um exemplo de incansável e generoso amor, edificam a fraternidade da caridade e tornam-se testemunhas e cooperadores da fecundidade da Mãe Igreja, em sinal e participação daquele amor com que Cristo amou Sua Espôsa e por ela Se entregou (131). Semelhante exemplo, mas de outro modo, é dado pelos que vivem em estado de viuvez e de solteiros: também eles podem contribuir não pouco em favor da santidade e operosidade na Igreja. Aquêles porém que muitas vêzes se empenham em duros trabalhos devem aperfeiçoar-se a si mesmos nas obras humanas. Ajudem seus concidadãos. Promovam toda a sociedade e a criação a um estado melhor. Em atuante caridade, alegres pela esperança, carregando um os fardos dos outros, imitem também a Cristo, cujas mãos se exercitaram com os instrumentos do carpinteiro e que com o Pai sempre opera para a salvação de todos. Subam assim pelo seu próprio labor cotidiano às alturas da santidade e atividade apostólica.

Especialmente também aquêles que são oprimidos pela pobreza, fraqueza, doença e várias tribulações ou sofrem perseguição por causa da justiça, saibam que estão unidos a Cristo sofredor pela salvação do mundo. O Senhor declarou-os bem-aventurados no Evangelho e a eles "o Deus de toda a graça, que nos chamou à sua eterna glória em Cristo Jesus, depois de sofrermos um pouco, Ele mesmo aperfeiçoará, confirmará e consolidará" (*I Pe* 5,10).

Portanto, todos os fiéis cristãos nas condições, ofícios ou circunstâncias de sua vida, e através disto tudo, dia a dia mais se santificarão, se com fé tudo aceitam da mão do Pai celeste e cooperam com a vontade divina, manifestando a todos, no próprio serviço temporal, a caridade com que Deus amou o mundo.

(129) Cf. S. IGNATIUS M., *Trat.* 2, 3: ed. FUNK, I, p. 244.

(130) Cf. PIUS XII, *Alloc. Sous la maternelle protection*, 9 dec. 1957: AAS 50 (1958) p. 36.

(131) PIUS XI, *Litt. Encycl. Casti Connubii*, 31 dec. 1930: AAS 22 (1930) p. 548 s. Cf. IO, CHRYSOSTOMUS, *In Ephes. Hom.* 20, 2: PG 62, 136 ss.

Caminho e meios à Santidade

42. “Deus é caridade, e quem permanece na caridade, em Deus permanece e Deus nêle” (*I Jo 4,16*). Deus, porém, difundiu sua caridade em nossos corações pelo Espírito Santo que nos foi dado (cf. *Rom 5,5*). Por isso o primeiro e mais necessário dom é a caridade, pela qual amamos a Deus acima de tudo e ao próximo por causa d’Ele. Mas para que a caridade como boa semente cresça na alma e frutifique, cada fiel deve voluntariamente ouvir a palavra de Deus e, com auxílio de Sua graça, cumprir por obras Sua vontade, participar freqüentemente dos sacramentos, sobretudo da Eucaristia, e das sagradas ações, aplicar-se constantemente à oração, à abnegação de si mesmo, ao serviço fraterno atuante e ao exercício de tôdas as virtudes. Pois a caridade como vínculo de perfeição e plenitude da lei (cf. *Col 3,14; Rom 13,10*), rege, informa e conduz ao fim todos os meios de santificação (132). O verdadeiro discípulo de Cristo se distingue tanto pelo amor a Deus como pelo amor ao próximo.

Visto que Jesus, Filho de Deus, manifestou Sua caridade entregando Sua vida por nós, ninguém possui maior amor que aquele que entrega sua alma por Ele e seus irmãos (cf. *I Jo 3,16; Jo 15,13*). Por isso, desde o início alguns cristãos foram chamados — e alguns sempre são chamados — para dar o supremo testemunho de seu amor diante de todos os homens, mas de modo especial perante os perseguidores. O martírio, por conseguinte — pelo qual o discípulo se assemelha ao Mestre que aceita livremente a morte pela salvação do mundo, e se conforma a Ele na efusão do sangue — é estimado pela Igreja como exímio dom e suprema prova da caridade. Se a poucos é dado, a todos todavia faz-se necessário estarem preparados a confessar Cristo perante os homens, seguir-l’O no caminho da cruz entre perseguições que nunca faltam à Igreja.

A santidade da Igreja igualmente de modo especial se favorece pelos múltiplos conselhos que o Senhor no Evangelho propõe à observância dos seus discípulos (133). Entre êles sobressai o precioso dom da divina graça que é dado a alguns pelo Pai (cf. *Mt 19,11; I Cor 7,7*), para que na virgindade ou no celibato se consagrem mais facilmente com indiviso coração (cf. *I Cor 7,32-34*) somente a Deus (134). Esta perfeita continência por amor do Reino dos céus sempre foi tida pela Igreja em singular estima, como sinal e estímulo da caridade e fonte peculiar de fecundidade espiritual no mundo.

(132) Cf. S. AUGUSTINUS, *Enchir.* 121, 32: PL 40, 288. S. THOMAS, *Summa Theol.* II-II, q. 184, a. 1. PIUS XII, *Adhort. Apost. Menti nostrae*, 23 sept. 1950: AAS 42 (1950) p. 660.

(133) De consiliis in genere, cf. ORIGENES, *Comm. Rom.* X, 14: PG 14, 1275 B. S. AUGUSTINUS, *De S. Virginitate*, 15, 15: PL 40, 403. S. THOMAS, *Summa Theol.* I-II, q. 100 a. 2 C (in fine); II-II, q. 44, a. 4, ad 3.

(134) De praestantia sacrae virginitatis, cf. TERTULLIANUS, *Exhort. Cast.* 10: PL 2, 926 C. S. CYPRIANUS, *Hab. Virg.* 3 et 22: PL 4, 443 B et 461 A s. S. ATHANASIUS, *De Virg.*: PG 28, 252 ss. S. IÖ. CHRYSOSTOMUS, *De Virg.*: PG 48, 533 ss.

A Igreja repensa também a admoestação do Apóstolo, que, estimulando os fiéis à caridade, os exorta a que tenham em si os mesmos sentimentos que Cristo Jesus que “se aniquilou a Si mesmo tomando a forma de servo... feito obediente até à morte” (*Filip 2,7-8*) e por causa de nós “se fez pobre, sendo Ele rico” (*II Cor 8,9*). Já que é necessário sejam sempre apresentados pelos discípulos a imitação e o testemunho desta caridade e humildade de Cristo, alegra-se a Mãe Igreja ao encontrar em seu seio muitos homens e mulheres que seguem mais estreitamente a exortação do Salvador e mais claramente a demonstram, aceitando a pobreza na liberdade dos filhos de Deus e renunciando às próprias vontades: submetem-se eles ao homem por causa de Deus em matéria de perfeição além da medida do preceito, para que mais plenamente se conformem a Cristo obediente (135).

Todos os fiéis cristãos são, pois, convidados e obrigados a procurar a santidade e a perfeição do próprio estado. Atendam, por isso, todos a que dirijam retamente seus afetos, para que por causa do uso das coisas mundanas e do apêgo às riquezas contra o espírito da pobreza evangélica não sejam impedidos na busca da caridade perfeita, segundo admoesta o Apóstolo: Os que usam dêste mundo, não se fixem nêle, pois passa a aparência dêste mundo (cf. *I Cor 7,31*, grego) (136):

CAPÍTULO VI

OS RELIGIOSOS

A profissão dos conselhos evangélicos na Igreja

43. Os conselhos evangélicos da castidade consagrada a Deus, da pobreza e da obediência se baseiam nas palavras e nos exemplos do Senhor. São recomendados pelos Apóstolos e Padres e pelos mestres e pastores da Igreja. Constituem um dom divino que a Igreja recebeu do seu Senhor e por graça d'Ele sempre conserva. A própria autoridade da Igreja, guiada pelo Espírito Santo, cuidou de interpretá-los, regulamentar-lhes a prática e de estabelecer também formas estáveis de vida. Disto resultou que, como numa árvore frondosa e admiravelmente variegada na seara do Senhor — e isto em virtude do germe divinamente plantado — floresceram as diversas modalidades de vida solitária e comum, como também as várias famílias, as quais vão aumentando tanto para o proveito dos próprios membros, quanto para o bem de todo o Corpo de Cristo (137).

(135) De spirituali paupertate et oboedientia testimonia praecipua S. Scripturae et Patrum afferuntur in Relatione pp. 152-153.

(136) De praxi effectiva consiliorum quae non omnibus imponitur, cf. S. IO. CHRYSOSTOMUS, In Mt. Hom. 7, 7: PG 57, 81 s. S. AMBROSIUS, De Viduis, 4, 23: PL 16, 241 s.

(137) Cf. ROSWEYDUS, Vitae Patrum, Antwerpiae, 1628. Apophtegmata Patrum: PG 66. PALLADIUS, Historia Lausiaca: PG 34, 991 ss., ed. G.

Porquanto essas famílias garantem a seus membros o apoio de uma vida mais estável e segura, proporcionando-lhes uma doutrina comprovada para adquirir a perfeição, o amparo de uma comunhão fraterna na milícia de Cristo, bem como a proteção de uma liberdade robustecida pela obediência, para que dêste modo eles possam cumprir com segurança a profissão religiosa, conservá-la fielmente e progredir jubilosamente na senda da caridade (138).

Do ponto de vista da estrutura divina e hierárquica da Igreja, tal estado não constitui um estado intermediário entre o clerical e o laical. Mas de ambos são chamados alguns fiéis por Deus a fim de desfrutar dêsse peculiar dom na vida da Igreja, procurando cada qual a seu modo ser útil à sua missão salvífica (139).

Natureza e importância do Estado Religioso na Igreja

44. Pelos votos, ou outros sagrados laços de natureza semelhante ao voto, o fiel se obriga aos três mencionados conselhos evangélicos. Entrega-se todo êle a Deus sumamente amado, de tal modo que por um nôvo e peculiar título é ordenado ao serviço de Deus e à Sua honra. Pelo batismo êle está morto para o pecado e consagrado a Deus. Mas para que possa colher frutos mais abundantes da graça batismal, procura pela profissão dos conselhos evangélicos na Igreja livrar-se dos impedimentos que o possam afastar do fervor da caridade e da perfeição do culto divino e consagrar-se mais intimamente ao serviço divino (140). Esta consagração será tanto mais perfeita, quanto melhor Cristo, unido à sua esposa, a Igreja, por vínculo indissolúvel, fôr representado através de vínculos mais sólidos e estáveis.

Se, pois, os conselhos evangélicos pela caridade a que levam (141), associam os seus seguidores de modo especial à Igreja e ao seu mistério, faz-se mister que a vida espiritual dêstes, por sua vez, seja devotada ao bem espiritual de tóda a Igreja. Por isso surge a obrigação de se empenhar, conforme as forças e segundo o gênero da própria vocação, seja pela oração, seja também pelo trabalho dedicado, na implantação e fortalecimento do Reino de Cristo nas almas, hem como na sua dilatação por tôdas as partes. É por isso que a Igreja protege e fomenta a índole própria dos diversos institutos religiosos.

BUTLER, Cambridge 1898 (1904). PIUS XI, Const. Apost. *Umbratilem*, 8 jul. 1924: AAS 16 (1924) pp. 396-387. PIUS XII, Alloc. *Nous sommes heureux*, 11 apr. 1958: AAS 50 (1958) p. 283.

(138) PAULUS VI, Alloc. *Magno gaudio*, 23 maii 1964: AAS 56 (1964) p. 566.

(139) Cf. Cod. Iur. Can., c. 487 et 488, 4.º. PIUS XII, Alloc. *Annus sacer*, 8 dec. 1950: AAS 43 (1951) p. 27 s. — PIUS XII, Const. Apost. *Provida Mater*, 2 febr. 1947: AAS 39 (1947) p. 120 ss.

(140) PAULUS VI, 1. c., p. 567.

(141) Cf. S. THOMAS, *Summa Theol.* II-II, q. 184, a. 3 et q. 188, a. 2. S. BONAVENTURA, *Opusc.* XI, *Apologia Pauperum*, c. 3, 3: ed. Opera, Quaracchi, t. 8, 1898, p. 245 a.

Por conseguinte, a profissão dos conselhos evangélicos se apresenta como um sinal que pode e deve atrair eficazmente todos os membros da Igreja para o cumprimento dedicado dos deveres impostos pela vocação cristã. Como, porém, o Povo de Deus não possui aqui morada permanente, mas busca a futura, o estado religioso pelo fato de deixar seus membros mais desimpedidos dos cuidados terrenos, ora manifesta já aqui neste mundo a todos os fiéis a presença dos bens celestes, ora dá testemunho da nova e eterna vida conquistada pela redenção de Cristo, ora prenuncia a ressurreição futura e a glória do Reino celeste. Este mesmo estado imita ainda mais precisamente e representa continuamente na Igreja aquela forma de vida que o Filho de Deus assumiu ao entrar no mundo para fazer a vontade do Pai e que propôs aos discípulos que O seguissem. Finalmente, patenteia de modo peculiar a transcendência do Reino de Deus e seus altos destinos sobre tudo o que é terreno. Demonstra, ao mesmo tempo, a todos os homens a supereminente grandeza da força de Cristo-Rei e o infinito poder do Espírito Santo que opera admiravelmente na Igreja.

Portanto, o estado constituído pela profissão dos conselhos evangélicos, embora não pertença à estrutura hierárquica da Igreja, está contudo firmemente relacionado com sua vida e santidade.

Em dependência da Autoridade da Igreja

45. É tarefa da Hierarquia eclesiástica apascentar o Povo de Deus e conduzi-lo às férteis pastagens (cf. Ez 34,14). Cabe a ela moderar sabiamente, mediante suas leis, a prática dos conselhos evangélicos, pelos quais se fomenta singularmente a perfeição da caridade para com Deus e o próximo (142). Seguindo ela ainda dócilmente os impulsos do Espírito Santo, recebe as regras apresentadas por homens e mulheres ilustres e após ulterior estudo as aprova autênticamente. Favorece outrossim com sua autoridade vigilante e protetora os Institutos erigidos em diversos lugares para a edificação do Corpo de Cristo, a fim de que, por todos os modos, cresçam e floresçam segundo o espírito dos fundadores.

Qualquer Instituto de perfeição e cada um de seus membros pode ser isento da jurisdição do Ordinário do lugar pelo Sumo Pontífice e ficar sujeito somente a Ele. Isto em razão de seu primado sobre toda a Igreja, a fim de atender melhor às necessidades de toda a grei do Senhor e em vista do bem comum (143). Semelhantemente podem ser comissionados às próprias autoridades patriarcais ou ficar confiados a elas. No

(142) Cf. CONC. VAT. I, *Schema De Ecclesia Christi*, cap. XV, et Adnot. 48: MANSI 51, 549 s. et 610 s. — LEO XIII, *Epist. An milieu des consolations*, 23 dec. 1900: ASS 33 (1900-01) p. 361. PIUS XII, *Const. Apost. Provida Mater*, 1 c., p. 114 s.

(143) Cf. LEO XIII, *Const. Romanos Pontifices*, 8 mai 1881: ASS 13 (1880-81) p. 483. PIUS XII, *Alloc. Annus sacer*, 8 dec. 1950: AAS 43 (1951) p. 28 s.

cumprimento de seus ofícios para com a Igreja, segundo sua peculiar forma de vida, os membros devem prestar reverência e obediência aos bispos, conforme as leis canônicas. É isto por causa de sua autoridade pastoral nas Igrejas particulares e em vista da necessária unidade e harmonia no apostolado (144).

Contudo, a Igreja não só eleva com sua sanção a profissão religiosa à dignidade de estado canônico, mas a apresenta também como um estado de consagração a Deus na sua liturgia. Pois a própria Igreja recebe os votos dos que a professam com a autoridade que Deus lhe deu. Ela pede para eles os auxílios e a graça de Deus na sua prece pública. Ela encomenda-os a Deus, concede-lhes a bênção espiritual, associando a oblação deles ao sacrifício eucarístico.

Deve ser estimada a profissão dos conselhos evangélicos

46. Solicitamente cuidem os religiosos que através deles a Igreja possa, de fato, manifestar sempre melhor tanto aos fiéis como aos infiéis a figura de Cristo. Por eles a Igreja apresenta Cristo, ora contemplando no monte, ora anunciando o Reino de Deus às multidões, ora curando os enfermos e feridos e convertendo os pecadores ao bom caminho, ora abençoando as crianças e fazendo bem a todos, mas sempre obediente à vontade do Pai que O enviou (145).

Enfim, tenham todos presente que a profissão dos conselhos evangélicos não constitui um obstáculo ao verdadeiro desenvolvimento da personalidade humana, mas por sua natureza lhe traz antes amplas vantagens, embora importe na renúncia de bens que indubitavelmente merecem aprêço. Na verdade, os conselhos voluntariamente abraçados segundo a vocação pessoal de cada um contribuem não pouco para a purificação do coração e liberdade espiritual. Eles estimulam continuamente o fervor da caridade. E sobretudo possibilitam ao homem cristão conformar-se melhor ao gênero de vida virginal e pobre que Cristo Senhor escolheu para Si e que Sua Virgem Mãe também abraçou, o que é comprovado também pelo exemplo de tantos santos fundadores. E ninguém julgue que os religiosos pela sua consagração se tornam alheios aos demais homens ou inúteis na cidade terrena. Se bem que, às vezes, não estejam diretamente ao lado dos seus coetâneos, todavia os têm presentes de um modo mais profundo na intimidade de Cristo e cooperam espiritualmente com eles, para que a edificação da cidade terrena tenha sempre seu fundamento no Senhor e a Ele tenda, a fim de que porventura não trabalhem em vão os que a edificam (146).

(144) Cf. PIUS XII, Alloc. *Annus sacer*, 1. c., p. 28. PIUS XII, Const. Apost. *Sedes Sapientiae*, 31 maii 1956: AAS 46 (1956) p. 355. — PAULUS VI, 1. c., pp. 570-571.

(145) Cf. PIUS XII, Litt. *Encycl. Mystici Corporis*, 29 iun. 1943: AAS 35 (1943) p. 214 s.

(146) Cf. PIUS XII Alloc. *Annus sacer* 1. c., p. 30. Alloc. *Suus la maternelle protection*, 9 dec. 1957: AAS 50 (1958) p. 39 s.

Por isso, o Sagrado Sinodo encoraja e louva os homens e as mulheres, Irmãos e Irmãs, que ou nos mosteiros ou nas escolas e hospitais, ou nas missões, adornam a Espôsa de Cristo pela constante e humilde fidelidade na acima mencionada consagração e prestam a todos os homens os mais variados e generosos serviços.

47. Todo aquêle, pois, que é chamado à profissão dos conselhos evangélicos, cuide diligentemente de permanecer e destacar-se naquela vocação à qual foi chamado por Deus. Faça isso para uma santidade mais rica na Igreja, para maior glória da una e indivisa Trindade, que em Cristo e por Cristo é fonte e origem de tôda a santidade.

CAPÍTULO VII

ÍNDOLE ESCATOLÓGICA DA IGREJA PEREGRINA E SUA UNIÃO COM A IGREJA CELESTE

Índole escatológica da nossa vocação na Igreja

48. A Igreja, para a qual somos todos chamados em Cristo Jesus e na qual pela graça de Deus adquirimos a santidade, só se consumará na glória celeste, quando chegar o tempo da restauração de tôdas as coisas (*At 3,21*). E com o gênero humano também o mundo todo, que intimamente está ligado com o homem e que por êle chega ao seu fim, será perfeitamente restaurado em Cristo (cf. *Ef 1,10*; *Col 1,20*; *II Pe 3,10-13*).

Cristo, levantado da terra, atraiu todos a si (cf. *Jo 12,32 gr.*). Resurgindo dos mortos (cf. *Rom 6,9*), enviou aos discípulos o Seu vivificante Espírito, e por Êle constituiu seu Corpo, que é a Igreja, como sacramento universal da salvação. Estando assentado à direita do Pai, opera continuamente no mundo para conduzir os homens à Igreja e por ela ligá-los mais estreitamente a Si e fazê-los participantes de Sua vida gloriosa nutrindo-os com o próprio Corpo e Sangue. Por isso a prometida restauração que esperamos já começou em Cristo, é levada adiante na missão do Espírito Santo e por Êle continua na Igreja, na qual pela fé somos instruídos também sobre o sentido da nossa vida temporal, enquanto com esperança dos bens futuros levamos a termo a obra entregue a nós no mundo pelo Pai e efetuamos a nossa salvação (cf. *Filip 2,12*).

Portanto a era final do mundo já chegou até nós (cf. *I Cor 10,11*) e a renovação do mundo foi irrevogavelmente decretada e de um certo modo real já é antecipada nesta terra. Pois já na terra a Igreja é assinalada com a verdadeira santidade embora imperfeita. Até que houver novos céus e nova terra, nos quais habita a justiça (cf. *II Pe 3,13*), a Igreja peregrina leva consigo — nos seus sacramentos e nas suas instituições, que pertencem à idade presente — a figura dêste mundo que passa e ela mesma vive entre as criaturas que gemem e sofrem como que dores de parto até ao presente e aguardam a manifestação dos filhos de Deus (cf. *Rom 8,19-22*).

Unidos, pois, a Cristo na Igreja e marcados pelo Espírito Santo “que é o penhor da nossa herança” (*Ef* 1,14), somos na verdade chamados filhos de Deus e o somos de fato (cf. *I Jo* 3,1), mas ainda não aparecemos com Cristo na glória (cf. *Col* 3,4), na qual seremos semelhantes a Deus, porquanto O veremos como é (cf. *I Jo* 3,2). Por isto, “enquanto estamos no corpo, vivemos ausentes do Senhor” (*II Cor* 5,6) e, embora tenhamos as primícias do Espírito, gememos em nós mesmos (cf. *Rom* 8,23) e desejamos estar com Cristo (cf. *Filip* 1,23). Somos impelidos pela mesma caridade a viver mais para Aquêle que por nós morreu e ressurgiu (cf. *II Cor* 5,15). Por isso nos esforçamos por sermos agradáveis em tudo ao Senhor (cf. *II Cor* 5,9) e revestimo-nos da armadura de Deus, para que possamos estar firmes contra as ciladas do demônio e resistir no dia mau (cf. *Ef* 6,11-13). Mas como desconhecemos o dia e a hora, advertindo-nos o Senhor, vigiemos constantemente, a fim de que, terminado o único curso de nossa vida terrestre (cf. *Heb* 9,27), possamos entrar com Êle para as bodas (cf. *Mt* 25,1-13) e mereçamos ser contados com os benditos (cf. *Mt* 25,31-46), e não sejamos mandados, como servos maus e preguiçosos (cf. *Mt* 25,26), apertar-nos para o fogo eterno (cf. *Mt* 25,41), para as trevas lá fora, onde “haverá choro e ranger de dentes” (*Mt* 22,13 e 25,30). Pois antes de reinarmos com Cristo glorioso, todos nós estaremos a descoberto “diante do tribunal de Cristo, para que cada um receba conforme o que tiver feito, por meio do corpo, o bem ou o mal” (*II Cor* 5,10). E no fim do mundo “os que praticaram o bem irão para a ressurreição da vida, mas os que praticaram o mal, para a ressurreição do juízo” (*Jo* 5,29; cf. *Mt* 25,46). Tendo para nós, pois, que “os sofrimentos da presente vida não têm proporção alguma com a glória futura que se manifestará em nós” (*Rom* 8,18; cf. *II Tim* 2,11-12), fortes na fé, aguardamos “a esperança bem-aventurada e a manifestação do grande Deus e Salvador nosso Jesus Cristo” (*Tit* 2,13), “que transfigurará nosso corpo abatido, para que seja conforme ao seu corpo glorioso” (*Filip* 3,21) e que virá “para ser glorificado nos seus santos, e para se fazer, naquele dia, admirável em todos os que creram” (*II Tess* 1,10).

A comunhão da Igreja celeste com a Igreja peregrina

49. Portanto, até que o Senhor venha em sua majestade e com Êle todos os anjos (cf. *Mt* 25,31) e, destruída a morte, tôdas as coisas Lhe forem sujeitas (cf. *I Cor* 15,26-27), alguns dentre seus discípulos peregrinam na terra, outros, terminada esta vida, são purificados, enquanto que outros são glorificados, vendo “claramente o próprio Deus trino e uno, assim como é (147); todos, contudo, em grau e modo diverso, participamos da mesma caridade de Deus e do próximo e cantamos o mesmo hino de glória ao nosso Deus. Pois todos quantos são de Cristo, tendo o Seu Espírito, congregam-se numa só Igreja e n'Êle estão unidos entre

(147) CONC. FLORENTINUM, *Decretum pro Gracis*: DENZ. 693 (1305).

si (cf. *Ef* 4,16). Em vista disso, a união dos que estão na terra com os irmãos que descansam na paz de Cristo, de maneira nenhuma se interrompe, ao contrário, conforme a fé perene da Igreja, vê-se fortalecida pela comunicação dos bens espirituais (148). Pois, pelo fato de os habitantes do céu estarem unidos mais intimamente com Cristo, consolidam com mais firmeza na santidade toda a Igreja, enobrecem o culto que ela oferece a Deus aqui na terra e contribuem de muitas maneiras para sua mais ampla edificação (cf. *I Cor* 12,12-27) (149). Porquanto, recebidos na pátria e presentes diante do Senhor (cf. *II Cor* 5,8), por Ele, com Ele e n'Ele não deixam de interceder por nós junto ao Pai (150), apresentando os méritos que alcançaram na terra pelo único Mediador de Deus e dos homens, Cristo Jesus (cf. *I Tim* 2,5), servindo ao Senhor em tudo e completando em sua própria carne o que falta aos sofrimentos de Cristo por Seu Corpo, que é a Igreja (cf. *Col* 1,24) (151). Por conseguinte, pela sua fraterna solicitude a nossa fraqueza é enormemente auxiliada.

As relações da Igreja peregrina com a Igreja celeste

50. Reconhecendo cabalmente esta comunhão de todo o Corpo Místico de Jesus Cristo, a Igreja terrestre, desde os primórdios da religião cristã, venerou com grande piedade a memória dos defuntos (152) e, "porque é um pensamento santo e salutar rezar pelos defuntos para que sejam perdoados de seus pecados" (*II Mac* 12,46), também ofereceu sufrágios em favor deles. Os Apóstolos, porém, e os mártires de Cristo, que com a efusão de seu sangue deram o testemunho supremo de fé e caridade, a Igreja sempre acreditou estarem mais intimamente unidos conosco em Cristo, venerou-os juntamente com a Bem-aventurada Virgem Maria e os santos Anjos com especial afeto (153) e implorou-lhes piedosamente o auxílio da intercessão. A estes acrescentaram-se logo outros que imitaram mais de perto a virgindade e a pobreza de Cristo (154); e, por fim,

(148) Praeter documenta antiquiora contra quamlibet formam evocationis spirituum inde ab Alexandro IV (27 sept. 1258), cf. *Encycl. S. S. C. S. OFFICII, De magnetismi abusu*, 4 aug. 1856: *AAS* (1865) pp. 177-178, *DENZ.* 1653-1654 (2823-2825); responsionem *S. S. C. S. OFFICII*, 24 apr. 1917: *AAS* 9 (1917) p. 268 *DENZ.* 2182 (3642).

(149) Videatur synthetica expositio huius doctrinae paulinae in: *PIUS XII, Litt. Encycl. Mystici Corporis*: *AAS* 35 (1943) p. 200 et passim.

(150) Cf., i. a., *S. AUGUSTINUS, Enarr. in Ps.* 85, 24: *PL* 37, 1099. *S. HIERONYMUS, Liber contra Vigilantium*, 6: *PL* 23, 344. *S. THOMAS, In 4m Sent. d. 45 q. 3, a. 2. S. BONAVENTURA, in 4m Sent., d. 45, a. 3, q. 2; etc.*

(151) Cf. *PIUS XII Litt. Encycl. Mystici Corporis*: *AAS* 35 (1943) p. 245).

(152) Cf. *Plurimae inscriptiones in Catacumbis romanis*.

(153) Cf. *GELASIUS I, Decretalis De libris recipiendis*, 3: *PL* 59, 160, *DENZ.* 166 (353).

(154) Cf. *S. METHODIUS, Symposium*, VII, 3: *GCS (BONWEISCH)*, p. 74.

os demais que o exercício notório das virtudes cristãs (155) e os carismas divinos recomendavam à piedosa devoção e imitação dos fiéis (156).

Pois, enquanto consideramos a vida daqueles que seguiram fielmente a Cristo, somos incitados a buscar por um motivo novo a Cidade futura (cf. *Heb* 13,14 e 11,10) e simultaneamente instruídos do caminho seguríssimo pelo qual, entre as vicissitudes do mundo, segundo o estado e a condição de cada qual, podemos chegar à perfeita união com Cristo, ou seja, à santidade (157). Na vida daqueles que, participando de nossa humanidade, se transformaram mais perfeitamente na imagem de Cristo (cf. *II Cor* 3,18), Deus de maneira mais viva manifesta sua presença e sua face aos homens. Ele mesmo nos fala nêles e nos dá o sinal de Seu Reino (158), para o qual somos poderosamente atraídos, tendo nós tão grande nuvem de testemunhas que nos envolvem (cf. *Heb* 12,1) e tão grande testemunho da verdade do Evangelho.

Todavia não somente a título de exemplo veneramos a memória dos habitantes do céu, mas mais ainda para corroborar a união de toda a Igreja no Espírito, pelo exercício da caridade fraterna (cf. *Ef* 4,1-6). Porque assim como a comunhão cristã entre os viajores nos aproxima mais de Cristo, assim o consórcio com os Santos nos une a Cristo, do qual como de sua Fonte e Cabeça promana toda a graça e a vida do próprio Povo de Deus (159). Convém portanto sumamente que amemos êsses amigos e co-herdeiros de Jesus Cristo, além disso irmãos e exímios benfeitores nossos, rendamos devidas graças a Deus por êles (160), “os invoquemos com súplicas e que recorramos às suas orações, à sua intercessão e ao seu auxílio para impetrarmos de Deus as graças necessárias, por meio de Seu Filho Jesus Cristo Nosso Salvador, único Redentor e Salvador nosso (161). Pois todo o genuíno testemunho de amor manifestado por nós aos habitantes do céu, por sua própria natureza tende e termina em Cristo, que é, “a coroa de todos os Santos” (162), e por Ele em Deus, que é admirável nos seus Santos e nêles é engrandecido (163).

(155) Cf. BENEDICTUS XV, *Decretum approbationis virtutum in Causa beatificationis et canonizationis Servi Dei Ioannis Nepomuceni* Neumann: AAS 14 (1922) p. 23; plures Allocutiones PII XI de Sanctis: *Inviti all'eroismo. Discorsi...* t. I-III, Romae 1941-1942, passim; PIUS XII, *Discorsi e Radiomessaggi* t. 10, 1949, pp. 37-43.

(156) Cf. PIUS XII, *Litt. Encycl. Mediator Dei*: AAS 39 (1947) p. 531.

(157) Cf. *Hebr.* 13,7; *Eccli.* 44-50; *Hebr.* 11, 3-40. Cf. etiam PIUS XII, *Litt. Encycl. Mediator Dei*: AAS 39 (1947) pp. 532-533.

(158) Cf. CONC. VATICANUM I, *Const. De fide catholica*, cap. 3: DENZ. 1794 (3013).

(159) Cf. PIUS XII, *Litt. Encycl. Mystici Corporis*: AAS 35 (1943) p. 216.

(160) Quoad gratitudinem erga ipsos Sanctos, cf. E. DIEHL, *Inscriptiones Latinae Christianae veteres*, I, Berolini, 1925, nn. 2008, 2382 et passim.

(161) CONC. TRIDENTINUM, *Sess. 25, De invocatione... Sanctorum*: DENZ. 984 (1921).

(162) BREVIARIUM ROMANUM, *Invitatorium in festo Sanctorum Omnium*.

(163) Cf. v. g., 2 *Thess.* 1,10.

Mas por um modo nobilíssimo nossa união com a Igreja celeste é atuada, quando, principalmente na sagrada Liturgia, na qual a força do Espírito Santo age sobre nós por meio dos sinais sacramentais, celebramos juntos em comum exaltação o louvor da divina majestade (164), e todos, redimidos no sangue de Cristo, de toda tribo, e língua, e povo, e nação (cf. *Apoc* 5,9) e congregamos numa só Igreja, glorificamos com o mesmo câmbio de louvor a Deus Uno e Trino. Celebrando portanto o sacrifício eucarístico, unimo-nos estreitamente ao culto da Igreja celeste em santa comunhão e venerando primeiramente a memória da gloriosa sempre Virgem Maria, assim como a do bem-aventurado José e dos bem-aventurados Apóstolos e Mártires e todos os Santos (165).

O Concílio estatui disposições pastorais

51. O Sacrossanto Sínodo recebe com grande piedade aquela venerável fé de nossos antepassados sobre o consórcio vital com os irmãos que estão na glória celeste ou ainda se purificam após a morte, e propõe de novo os decretos dos Sagrados Concílios Niceno II (166), Florentino (167) e Tridentino (168). Ao mesmo tempo, porém, na sua solicitude pastoral, exorta todos os responsáveis para que, se cá ou lá se introduzirem subrepticamente abusos, excessos ou falhas, afastem-nos ou esforcem-se diligentemente por corrigi-los, e restaurem tudo para maior glória de Cristo e de Deus. Ensinem portanto aos fiéis que o autêntico culto dos Santos não consiste tanto na multiplicidade dos atos exteriores como na intensidade de nosso amor atuante, pelo qual, para maior bem nosso e da Igreja, buscamos dos Santos "o exemplo na vida, o consórcio na comunhão e o auxílio na intercessão" (169). Por outro lado, porém, instruem os fiéis que nossas relações com os habitantes do céu, concebido na plena luz da fé, de nenhum modo diminui o culto latrêutico dado a Deus Pai por Cristo no Espírito, mas ao contrário mais intensivamente o enriquece (170).

Pois todos os que somos filhos de Deus e constituímos uma única família em Cristo (cf. *Heb* 3,6), enquanto nos comunicamos uns com os outros em mútua caridade e num mesmo louvor da Santíssima Trindade, realizamos a vocação própria da Igreja e participamos com gozo antecipa-

(164) CONC. VATICANUM II, Const. De Sacra Liturgia, cap. 5, n. 104.

(165) Canon Missae Romanae.

(166) CONC. NICAENUM II, Act. VII: DENZ. 302 (600).

(167) CONC. FLORENTINUM, Decretum pro Graecis: DENZ. 693 (1304).

(168) CONC. TRIDENTINUM, Sess. 25, De invocatione, veneratione et reliquiis Sanctorum et sacris Imaginibus: DENZ. 984-986 (1821-1824); Sess. 25, Decretum de Purgatorio: DENZ. 983 (1820); Sess. 6, Decretum de iustificatione, can. 30: DENZ. 840 (1580).

(169) Ex-Praefatione, aliquibus dioecesibus concessa.

(170) Cf. S. PETRUS CANISIUS, Catechismus Maior seu Summa Doctrinae christianae, cap. III (ed. crit. F. STREICHER), Pars I, pp. 15-16, n. 44 et pp. 100-101, n. 49.

do na liturgia da glória consumada (171). Quando, pois, Cristo aparecer e se der a gloriosa ressurreição dos mortos, a claridade de Deus iluminará a Cidade celeste e o Cordeiro será sua luz (cf. *Apoc* 21,24). Então toda a Igreja dos Santos na suma beatitude da caridade adorará a Deus e “ao Cordeiro que foi imolado” (*Apoc* 5,12), proclamando numa só voz: “Ao que está sentado no trono e ao Cordeiro o louvor e a honra, e a glória, e o poder pelos séculos dos séculos” (*Apoc* 5,13-14).

CAPÍTULO VIII

A BEM-AVENTURADA VIRGEM MARIA MÃE DE DEUS NO MISTÉRIO DE CRISTO E DA IGREJA

I — PROÊMIO

A Bem-aventurada Virgem no Mistério de Cristo

52. Deus benigníssimo e sapientíssimo, querendo realizar a Redenção do mundo, “quando veio a plenitude do tempo, enviou seu Filho feito da mulher, . . . para que recebêssemos a adoção de filhos” (*Gal* 4,4-5). “O qual, por amor de nós homens e para nossa salvação, desceu dos céus e se encarnou, por obra do Espírito Santo, de Maria Virgem” (172). Este mistério divino de salvação é-nos revelado e continua na Igreja, que o Senhor constituiu como Seu corpo. Unidos a Cristo como Cabeça e em comunhão com todos os Seus santos, os fiéis devem venerar também a memória “primeiramente da gloriosa sempre Virgem Maria, Mãe de Deus e de nosso Senhor Jesus Cristo (173).

A Bem-aventurada Virgem e a Igreja

53. Pois a Virgem Maria, que na Anunciação do Anjo recebeu o Verbo de Deus no coração e no corpo e trouxe ao mundo a vida, é reconhecida e honrada como verdadeira Mãe de Deus e do Redentor. Em vista dos méritos de seu Filho foi redimida de um modo mais sublime e unida a Ele por um vínculo estreito e indissolúvel, é dotada com a suma missão e dignidade de ser Mãe do Filho de Deus, e por isso filha predileta do Pai e sacrário do Espírito Santo. Por este dom de graça exímia supera de muito todas as outras criaturas, celestes e terrestres. Mas ao mesmo tempo está unida, na estirpe de Adão, com todos os homens a serem salvos. Mais ainda: “é verdadeiramente a Mãe dos membros (de

(171) Cf. CONC. VATICANUM II, Const. De Sacra Liturgia, cap. 1, n. 8.

(172) Credo in Missa Romana: Symbolum Constantinopolitanum: MANSI 3 566. Cf. CONC. EPHESINUM, lb. 4, 1130 (nempe lb. 2, 665 et 4, 1071); CONC. CHALCEDONENSE, lb. 7, 111-116; CONC. CONSTANTINOPOLITANUM II, lb. 9, 375-396.

(173) Canon Missae Romanae.

Cristo) ... porque cooperou pela caridade para que na Igreja nascessem os fiéis que são os membros desta Cabeça" (174). E por causa disso é saudada também como membro supereminente e de todo singular da Igreja, como seu tipo e modelo excelente na fé e caridade. E a Igreja Católica, instruída pelo Espírito Santo, honra-a com afeto de piedade filial como mãe amantíssima.

Intenção do Concílio

54. Por isso o Sacrossanto Sínodo, ao expor a doutrina sobre a Igreja, na qual o divino Redentor opera a salvação, quer esclarecer com empenho tanto a missão da Bem-aventurada Virgem no mistério do Verbo Encarnado e do Corpo Místico, como os deveres dos homens reunidos para com a Mãe de Deus, mãe de Cristo e mãe dos homens, mormente dos fiéis. Contudo, o Concílio não tem em mente propor a doutrina completa sobre Maria, nem quer dirimir as questões ainda não trazidas à plena luz pelo trabalho dos teólogos. Mantêm-se por isso em seu direito as sentenças que nas escolas católicas se propõem livremente acerca daquela que na Santa Igreja ocupa o lugar mais alto depois de Cristo e o mais perto de nós (175).

II — A MISSÃO DA BEM-AVENTURADA VIRGEM NA ECONOMIA DA SALVAÇÃO

A Mãe do Messias no Velho Testamento

55. As Sagradas Letras do Velho e do Novo Testamento, como também a veneranda Tradição mostram o múnus da Mãe do Salvador na Economia da salvação de modo mais e mais lúcido e a apresentam como digna de nossa consideração. Os livros do Antigo Testamento descrevem a história da salvação pela qual o advento de Cristo neste mundo é lentamente preparado. Estes documentos primitivos, tais como são lidos na Igreja e entendidos à luz da revelação posterior e plena, trazem a figura da mulher, Mãe do Redentor, a uma luz gradualmente sempre mais clara. Vista sob esta luz, ela já é profeticamente esboçada na promessa dada aos primeiros pais caídos no pecado, quando se fala da vitória sobre a serpente (cf. Gn 3,15). De modo semelhante é esta a Virgem que conceberá e dará à luz um Filho cujo nome será Emanuel (Is 7,14; cf. Miq 5,2-3; Mt 1,22-23). Ela mesma sobressai entre os humildes e pobres do Senhor que d'Ele esperam e recebem com fé a salvação. Com ela enfim, excelsa Filha de Sião, depois de uma demorada espera da promessa, com-

(174) S. AUGUSTINUS, *De S. Virginitate*, 6: PL 40, 399.

(175) Cf. PAULUS PP. VI, *Allocutio in Concilio*, die 4 dec. 1963: AAS 56 (1964) p. 37.

pletam-se os tempos e se instaura a nova Economia, quando o Filho de Deus assumiu dela a natureza humana a fim de livrar o homem do pecado pelos mistérios de Sua carne.

Maria na Anunciação

56. Quis, porém, o Pai das misericórdias que a encarnação fôsse precedida pela aceitação daquela que era predestinada a ser Mãe de seu Filho, para que assim como a mulher contribuiu para a morte, a mulher também contribuísse para a vida. O que de modo excelentíssimo vale da Mãe de Jesus, a qual deu ao mundo a própria Vida que tudo renova e foi por Deus enriquecida com dons dignos para tamanha função. Daí não admira que nos Santos Padres prevalecesse o costume de chamar a Mãe de Deus tôda santa, immune de tôda mancha de pecado, como que plasmada pelo Espírito Santo e formada nova criatura (176). Dotada desde o primeiro instante de sua concepção dos esplendores de uma santidade inteiramente singular, a Virgem de Nazaré é por ordem de Deus saudada pelo Anjo anunciador como "cheia de graça" (cf. *Lc* 1,28). E ela mesma responde ao mensageiro celeste: "Eis aqui a Serva do Senhor, faça-se em mim segundo a tua palavra" (*Lc* 1,38). Assim Maria, filha de Adão, consentindo na palavra divina, se fêz Mãe de Jesus. E abraçando a vontade salvífica de Deus com coração pleno, não retida por nenhum pecado, consagrou-se totalmente como serva do Senhor à pessoa e obra de seu Filho, servindo sob Ele e com Ele, por graça de Deus onipotente, ao mistério da redenção. Por isso é com razão que os Santos Padres julgam que Deus não se serviu de Maria como de instrumento meramente passivo, mas julgam-na cooperando para a salvação humana com livre fé e obediência. Pois ela, como diz S. Ireneu, "obedecendo, se fêz causa de salvação tanto para si como para todo o gênero humano" (177). Donde não poucos Padres antigos afirmam de bom grado em sua pregação: "O nó da desobediência de Eva foi desfeito pela obediência de Maria; o que a virgem Eva ligou pela incredulidade, a virgem Maria desligou pela fé (178). Comparando Maria com Eva, chamam-na de "mãe dos viventes" (179); e com freqüência afirmam: "veio a morte por Eva e a vida por Maria" (180).

(176) Cf. GERMANUS CONST., Hom. in Annunt. Deiparae: PG 98, 328 A; In Dorm. 2: col. 357. — ANASTASIUS ANTIOCH., Serm. 2 de Annunt., 2: PG 89, 1377 AB; Serm. 3, 2: col. 1383 C. — S. ANDREAS CRET., Can. in B. V. Nat. 4: PG 97, 1321 B. In B. V. Nat., 1: col. 312 A. Hom. in dorm. 1: col. 1068 C. — S. SOPHRONIUS, Or. 2 in Annunt., 13: PG 87 (3), 3237 BD.

(177) S. IRENAEUS, Adv. Haer. III, 22, 4: PG 7, 959 A; HARVEY, 2, 123.

(178) S. IRENAEUS, ibidem; HARVEY, 2, 124.

(179) S. EPIPHANIUS, Haer. 78, 18: PG 42, 728 CD — 729 AB.

(180) S. HIERONYMUS, Epist. 22, 21: PL 22, 408. Cf. S. AUGUSTINUS, Serm. 51, 2, 3: PL 38, 335; Serm. 232, 2: col. 1108. — S. CYRILLUS IHROS., Catech. 12, 15: PG 33, 741 AB. — S. IO. CHRYSOSTOMUS, In Ps. 44, 7:

A Bem-aventurada Virgem e o Menino Jesus

57. Esta união entre Mãe e Filho na obra da salvação manifesta-se desde o tempo da virginal conceição de Cristo até Sua morte. Manifesta-se primeiramente quando Maria, levantando-se com pressa para visitar Isabel, é saudada como bem-aventurada por causa de sua fé na salvação prometida e o precursor exultou no seio da mãe (cf. *Lc* 1,41-45). Manifesta-se no dia de natal, quando a Mãe de Deus mostrou cheia de alegria aos pastores e Magos seu Filho primogênito, que não lhe violou, mas sagrou a integridade virginal (181). Quando, depois de oferecido o óbolo dos pobres, apresentou-O no templo ao Senhor, ouviu a Simeão prenunciando simultaneamente que o Filho seria um futuro sinal de contradição e uma espada perpassaria a alma da mãe, para que se revelassem os pensamentos de muitos corações (cf. *Lc* 2,34-35). Quando o Menino Jesus se perde e seus pais o procuram com dor, encontram-no no templo ocupado nas coisas que eram de seu Pai; e não entenderam a palavra do Filho. Mas sua Mãe conservava tudo isto em seu coração para meditar (cf. *Lc* 2,41-51).

A B. Virgem Maria no ministério público de Jesus

58. Na vida pública de Jesus Sua Mãe aparece significativamente; já no comêço, quando, das núpcias em Caná da Galiléia, movida de misericórdia, conseguiu por sua intercessão o início dos sinais de Jesus, o Messias (cf. *Jo* 2,1-11). No decurso da pregação de seu Filho ela recebeu as palavras pelas quais, exaltando o Reino acima de raças e vínculos de carne e sangue, Ele proclamou bem-aventurados os que ouvem e guardam a palavra de Deus (cf. *Mc* 3,35 e *Lc* 11,27-28), tal como ela mesma fielmente o fazia (cf. *Lc* 2,19 e 51). Assim a B. Virgem avançou em peregrinação de fé. Sustentou fielmente sua união com o Filho até à cruz, onde esteve não sem o desígnio divino (cf. *Jo* 19,25). Veementemente sofreu junto com seu Unigênito. E com ânimo materno se associou ao Seu sacrifício, consentindo com amor na imolação da vítima por ela mesma gerada. Finalmente, pelo próprio Cristo Jesus moribundo na cruz foi com estas palavras dada como mãe ao discípulo: Mulher, eis aí teu filho (cf. *Jo* 19,26-27) (182).

PG 55, 193. — S. IO. DAMASCENUS, Hom 2 in dorm. B.M.V., 3: PG 96, 728.

(181) Cf. CONC. LATERANENSE anni 649, Can. 3: MANSI 10, 1151. — S. LEO M., Epist. ad Flav.: PL 54, 759. — CONC. CHALCEDONENSE: MANSI 7, 482. — S. AMBROSIUS, De insti. virg.: PL 16, 320.

(182) Cf. PIUS XII, Litt. Encycl. Mystici Corporis, 29 jun. 1943: AAS 35 (1943) pp. 247-248.

A Bem-aventurada Virgem depois da Ascensão de Jesus

59. Tendo sido do agrado de Deus não manifestar solenemente o mistério da salvação humana antes de enviar o Espírito prometido por Cristo, vemos os Apóstolos antes do dia de Pentecostes “perseverando unânimemente em oração com as mulheres e Maria, mãe de Jesus, e com irmãos d’Ele (At 1,14), e outrossim Maria implorando com suas preces o dom do Espírito, o qual já na Anunciação a havia coberto com sua sombra. Finalmente, a Inaculada Virgem, preservada imune de tôda mancha da culpa original (183), terminado o curso da vida terrestre (184), foi assunta em corpo e alma à glória celeste. E, para que mais plenamente estivesse conforme a seu Filho, Senhor dos senhores (cf. Apoc 19,16) e vencedor do pecado e da morte, foi exaltada pelo Senhor como Rainha do Universo (185).

III — A BEM-AVENTURADA VIRGEM E A IGREJA

Maria serva do Senhor na obra da redenção e santificação

60. Um só é o nosso Mediador segundo as palavras do Apóstolo: “Porque um é Deus, um também o Mediador entre Deus e os homens, o homem Cristo Jesus, que se entregou para redenção de todos” (I Tim 2,5-6). Todavia a materna missão de Maria a favor dos homens de modo algum obscurece nem diminui esta mediação única de Cristo, mas até ostenta potência. Pois todo o salutar influxo da Bem-aventurada Virgem nos homens não se origina de alguma necessidade interna, mas do divino beneplácito. Flui dos superabundantes méritos de Cristo, repousa na Sua mediação, dela depende inteiramente e dela aufere tôda a fôrça. De modo algum impede, mas até favorece a união imediata dos fiéis com Cristo.

61. Predestinada desde a eternidade pelo desígnio da divina Providência a ser Mãe de Deus com a encarnação do Verbo Divino, a Bem-aventurada Virgem foi nesta terra a sublime mãe do Redentor, singularmente mais que os outros Sua generosa companheira e humilde serva do Senhor. Ela concebeu, gerou, nutriu a Cristo, apresentou-O ao Pai no

(183) Cf. PIUS IX, *Bulla Ineffabilis*, 8 dec. 1854: Acta Pil IX, 1, I, p. 616, DENZ. 1641 (2803).

(184) Cf. PIUS XII, *Const. Apost. Munificentissimus*, 1 nov. 1950: AAS 42 (1950); DENZ. 2333 (3903). Cf. S. IO. DAMASCENUS, *Enc. in dorm. Dei genitricis*, Hom. 2 et 3: PG 96, 722-762, speciatim col. 728 B. — S. GERMANUS CONSTANTINOP., *In S. Dei gen. dorm. Serm. 1*: PG 98 (3), 340-348; *Serm. 3*: col. 362. — S. MODESTUS HIER., *In dorm. SS. Deiparae*: PG 86 (2); 3277-3311.

(185) Cf. PIUS XII, *Litt. Encycl. Ad caeli Reginam*, 11 oct. 1954; AAS 46 (1954), pp. 633-636; DENZ. 3913 ss. Cf. ANDREAS CRET., *Hom. 3 in dorm. SS. Deiparae*: PG 97, 1090-1109. — S. IO. DAMASCENUS, *De fide orth.*, IV, 14: PG 94, 1153-1188.

templo, compadeceu-se com seu Filho morrendo na cruz. Assim de modo inteiramente singular, pela obediência, fé, esperança e ardente caridade, ela cooperou na obra do Salvador para a restauração da vida sobrenatural das almas. Por tal motivo ela se tornou para nós mãe na ordem da graça.

62. Esta maternidade de Maria na economia da graça perdura ininterruptamente, a partir do consentimento que ela fielmente prestou na Anunciação, que sob a cruz resolutamente sustentou, até à perpétua consumação de todos os eleitos. Assunta aos céus, não abandonou este salvífico múnus, mas por sua múltipla intercessão prossegue em granjear-nos os dons da salvação eterna (186). Por sua maternal caridade cuida dos irmãos de seu Filho, que ainda peregrinam rodeados de perigos e dificuldades, até que sejam conduzidos à feliz pátria. Por isso a Bem-aventurada Virgem Maria é invocada na Igreja sob os títulos de Advogada, Auxiliadora, Adjutrix, Medianeira (187). Isto, porém, se entende de tal modo que nada derogue, nada acrescente à dignidade e eficácia de Cristo, o único Mediador (188).

Com efeito, nenhuma criatura jamais pode ser colocada no mesmo plano com o Verbo encarnado e Redentor. Como o sacerdócio de Cristo é participado de vários modos seja pelos ministros seja pelo povo fiel, e como a indivisa bondade de Deus é realmente difundida nas criaturas de modos diversos, assim também a única mediação do Redentor não exclui, mas até suscita nas criaturas uma variegada cooperação participada numa única fonte.

A Igreja não hesita em proclamar semelhante subordinado múnus de Maria. Pois sempre de novo o experimenta e recomenda-o ao coração dos fiéis para que, encorajados por esta maternal proteção, mais intimamente adiram ao Mediador e Salvador.

Maria, tipo da Igreja como Virgem e Mãe

63. Em virtude da graça da divina maternidade e da missão pela qual ela está unida com seu Filho Redentor, e em virtude de suas singulares graças e funções, a Bem-aventurada Virgem está também intimamente relacionada com a Igreja. Já Santo Ambrósio ensinava que a Mãe de Deus é o tipo da Igreja na ordem da fé, da caridade e da perfeita

(186) Cf. KLEUTGEN, *textus reformatus De mysterio Verbi incarnati*, cap. IV: MANSI 53, 290. S. ANDREAS CRET., *In nat. Mariac*, sermo 4: PG 97, 865 A. — S. GERMANUS CONSTANTINOP., *In ann. Deiparae*: PG 98, 322 BC. *In dorm. Deiparae*, III: col. 362 D. — S. IO. DAMASCENUS, *In dorm. B. V. Mariae*, Hom. 1: PG 96, 712 BC 713 A.

(187) Cf. LEO XIII, *Litt. Encycl. Adjutricem popul*, 5 sept. 1895: ASS 15 (1895-96) p. 303. — S. PIUS X, *Litt. Encycl. Ad diem illum*, 2 febr. 1904: Acta I, p. 154: DENZ. 1978 a (3370). — PIUS XI, *Litt. Encycl. Misericentissimus*, 8 maii 1928: AAS 20 (1928) p. 173. — PIUS XII, *Nuntius Radioph.*, 13 maii 1946: AAS 38 (1946) p. 266.

(188) S. AMBROSIUS, *Epist.* 63: PL 16, 1213.

união com Cristo (189). No mistério da Igreja — pois também a Igreja é com razão chamada mãe e virgem — a Bem-aventurada Virgem Maria ocupa um lugar eminente e singular como modelo de virgem e de mãe (190). Crendo e obedecendo, sem conhecer varão, coberta pela sombra do Espírito Santo, qual nova Eva, ela gerou ao mundo o próprio Filho do Pai. Prestou ao mensageiro de Deus e não à antiga serpente uma fé não falseada por nenhuma dúvida. O Filho que ela gerou foi por Deus constituído primogênito entre muitos irmãos (cf. *Rom* 8,29), isto é, entre os fiéis em cuja geração e formação ela coopera com materno amor.

64. Por certo a Igreja, contemplando-lhe a arcana santidade, imitando-lhe a caridade e cumprindo fielmente a vontade do Pai, mediante a palavra de Deus conscienciosamente recebida, torna-se também a mãe. Pois pela pregação e pelo batismo ela gera para a vida nova e imortal os filhos concebidos do Espírito Santo e nascidos de Deus. Ela é também a virgem que íntegra e puramente guarda a fé dada ao Espôso. Imitando a Mãe de seu Senhor, pela virtude do Espírito Santo conserva virginalmente uma fé íntegra, uma sólida esperança e uma sincera caridade (191).

As virtudes de Maria que devem ser imitadas na Igreja

65. Enquanto a Igreja na Beatíssima Virgem já atingiu a perfeição pela qual existe sem mácula e sem ruga (cf. *Ef* 5,27), os cristãos ainda se esforçam para crescer em santidade vencendo o pecado. Por isso elevam seus olhos a Maria que refulge para toda a comunidade dos eleitos como exemplo de virtudes. Piedosamente e meditando e contemplando-a à luz do Verbo feito homem, a Igreja penetra com reverência mais profundamente no sublime mistério da Encarnação, assemelhando-se mais e mais ao Espôso. Pois Maria, que toma parte mais íntima na história da salvação, de certo modo une em si e reflete as supremas normas da fé. Quando é proclamada e cultuada, leva os fiéis ao seu Filho, ao sacrifício do Filho e ao amor do Pai. Buscando a glória de Cristo, a Igreja se torna mais semelhante ao seu excelso Tipo, e constantemente progride na fé, esperança e caridade, procurando e cumprindo a vontade divina em tudo. Esta é a razão também por que em sua obra apostólica a Igreja se volta para Aquela que gerou a Cristo, por isso concebido do Espírito Santo e nascido da Virgem para que pela Igreja nasça também

(189) S. AMBROSIUS, *Expos. Lc. II*, 7: PL 15, 1555.

(190) Cf. Ps. PETRUS DAM., *Serm.* 63: PL 144, 861 AB. — GODEFRIDUS a S. VICTORE, in *nat. B. M.*, Ms. Paris, Mazarine, 1002, fol. 109 r. — GERHARDUS REICH., *De gloria et honore Filii hominis*, 10: PL 194, 1105 AB.

(191) S. AMBROSIUS, *l. c.* et *Expos. Lc. X*, 24-25: PL 15, 1810. — S. AUGUSTINUS, *In Io. Tr.* 13, 12: PL 35, 1499. Cf. *Serm.* 191, 2, 3: PL 38, 1010; etc. Cf. etiam Ven. BEDA, *In Lc. Expos. I*, cap. 2: PL 92, 330. — ISAAC DE STELLA, *Serm.* 31: PL 194, 1863 A.

e cresça nos corações dos fiéis. Esta Virgem deu em sua vida o exemplo daquele materno afeto do qual devem estar animados todos os que cooperam na missão apostólica da Igreja para a regeneração dos homens.

IV — O CULTO DA BEM-AVENTURADA VIRGEM NA IGREJA

Natureza e fundamento do culto

66. Por graça de Deus exaltada depois do Filho acima de todos os anjos e homens, como Mãe santíssima de Deus, Maria esteve presente aos mistérios de Cristo e é merecidamente honrada com culto especial pela Igreja. Com efeito, desde remotíssimos tempos a Bem-aventurada Virgem é venerada sob o título de Mãe de Deus, sob cuja proteção os fiéis se refugiam súplices em todos os seus perigos e necessidades (192). Por isso, mormente desde o Sínodo de Éfeso, o culto do povo de Deus para com Maria cresceu maravilhosamente em veneração e amor, em invocação e imitação, de acôrdo com suas próprias proféticas palavras: "Chamar-me-ão bem-aventurada tôdas as gerações, porque fêz em mim grandes coisas o Poderoso" (Lc 1,48). Este culto, tal como sempre existiu na Igreja, embora seja inteiramente singular, difere essencialmente do culto de adoração que se presta ao Verbo encarnado e igualmente ao Pai e ao Espírito Santo, e o favorece poderosamente. As várias formas de piedade para com a Mãe de Deus — que a Igreja aprovou dentro dos limites da sã e ortodoxa doutrina, segundo as condições dos tempos e lugares e a índole e capacidade dos fiéis — fazem com que, enquanto se honra a Mãe, o Filho, por causa de Quem tudo foi criado (cf. Col 1,15-16) e no Qual por agrado do Pai eterno reside tôda a plenitude (Col 1,19), seja devidamente conhecido, amado, glorificado e que sejam guardados seus mandamentos.

O espírito da pregação e do culto

67. O Sacrossanto Sínodo ensina deliberadamente esta doutrina católica e admoesta ao mesmo tempo todos os filhos da Igreja a que generosamente promovam o culto, sobretudo o litúrgico, para com a Bem-aventurada Virgem, dêem grande valor às práticas e aos exercícios de piedade recomendados pelo Magistério no curso dos séculos e observem religiosamente o que em tempos passados foi decretado sobre o culto das imagens de Cristo, da Bem-aventurada Virgem e dos Santos (193). Mas com todo o empenho exorta os teólogos e os pregadores da palavra divina

(192) "Sub tuum praesidium".

(193) CONC. NICAENUM II, anno 787; MANSI 19, 378-379; DENZ. 302 (600-601). — CONC. TRIDENT., sess. 25; MANSI 33, 171-172.

(194) Cf. PIUS XII, *Nuntius radioph.*, 24 oct. 1954; AAS 46 (1954) p. 679. *Litt. Encycl. Ad caeli Regiam*, 11 oct. 1954; AAS 46 (1954) p. 637.

a que na consideração da singular dignidade da Mãe de Deus se abstenham com diligência tanto de todo o falso exagero quanto da demasiada estreiteza de espírito (194). Sob a direção do Magistério cultivem o estudo da Sagrada Escritura, dos Santos Padres e Doutores e das liturgias da Igreja para retamente ilustrar os ofícios e privilégios da Bem-aventurada Virgem que sempre levam a Cristo, origem de toda verdade, santidade e piedade. Com diligência afastem tudo que, por palavras ou por fatos, possa induzir os irmãos separados ou quaisquer outros em erro acerca da verdadeira doutrina da Igreja. Ademais, saibam os fiéis que a verdadeira devoção não consiste num estéril e transitório afeto, nem numa certa vã credulidade, mas procede da fé verdadeira pela qual somos levados a reconhecer a excelência da Mãe de Deus, excitados a um amor filial para com nossa Mãe e à imitação das suas virtudes.

V — MARIA, SINAL DA ESPERANÇA SEGURA E DO CONFORTO AO PEREGRINANTE POVO DE DEUS

68. Nesse interim a Mãe de Jesus, tal como está nos céus já glorificada de corpo e alma, é a imagem e o comêço da Igreja como deverá ser consumada no tempo futuro. Assim também preluz como sinal da esperança segura e do conforto ao peregrinante Povo de Deus aqui na terra, até que chegue o dia do Senhor (cf. *II Pe* 3,10).

69. Causa grande alegria e consolação a êste sacrossanto Sínodo o fato de não faltarem também entre os irmãos separados os que dão a devida honra à Mãe do Senhor e Salvador, especialmente entre os Orientais que com férvido impulso e coração devoto concorrem ao culto da sempre Virgem Mãe de Deus (195). Todos os fiéis cristãos supliquem instantemente à Mãe de Deus e Mãe dos homens, para que Ela, que com suas preces assistiu às primícias da Igreja, também agora, exaltada no céu sobre todos os bem-aventurados e anjos, na Comunhão de todos os Santos, interceda junto a seu Filho até que todas as famílias dos povos, tanto as que estão ornadas com o nome de cristão, como as que ainda ignoram o seu Salvador, sejam felizmente congregadas na paz e concórdia, no único Povo de Deus, para a glória da Santíssima e Indivisa Trindade.

Promulgação

Todo o conjunto e cada um dos pontos que foram enunciados nesta Constituição dogmática pareceram bem aos Padres.

(195) Cf. PIUS XI, Litt. *Encycl. Ecclesiam Dei*, 12 nov. 1923; AAS 15 (1923) p. 581. — PIUS XII, Litt. *Encycl. Fulgens corona*, 8 sept. 1953; AAS 45 (1953) pp. 590-591.

E Nós, pelo Poder Apostólico por Cristo a Nós confiado, juntamente com os Veneráveis Padres, no Espírito Santo a aprovamos, decretamos e estatuímos. Ainda ordenamos que o que foi assim determinado em Concílio seja promulgado para a Glória de Deus.

Roma, junto de São Pedro, no dia 21 de novembro de 1964.

EU PAULO, BISPO DA IGREJA CATÓLICA

E seguem-se as assinaturas dos demais Padres.

I N D U L G Ê N C I A S

Nova disciplina

O projeto conciliar da nova disciplina das indulgências já tem a sua história. Ou melhor, acrescentou-se um novo capítulo à longa história das indulgências, tão triste por vezes no decorrer dos séculos.

O projeto, contrariando o otimismo dos membros da comissão conciliar, se apresenta muito pobre. Paulo VI parece ter-se negado a dar-lhe publicação imediata. O assunto passou para a aula conciliar. O primeiro que expressou, com a sua habitual clareza e franqueza, a opinião do sínodo da Igreja patriarcal greco-melquita, foi Máximos IV. Sua exposição, serena, vigorosa, teológica e pastoral, causou profunda impressão. Em resumo, ele falou da necessidade de uma revisão total sobre a fundamentação e disciplina das indulgências, baseada numa visão teológica e histórica que corresponda ao sentir da Igreja e a sua verdadeira tradição. O sistema, que estabelece qualquer tipo de relação matemática entre a indulgência e a remissão da pena, é contrário a uma sã teologia e deve ser evitado a todo custo por razões ecumênicas e pastorais.

No dia seguinte, o Cardeal Alfrink e o Cardeal Doepfner exprimiram a opinião das conferências episcopais da Holanda e Alemanha-Austria respectivamente. Ambos foram rigorosos e severos no julgamento do projeto, insistindo com veemência e razões poderosas. O último, principalmente, foi muito explícito em pedir não fôsse promulgado o projeto e que a comissão seja ampliada com teólogos de diferentes escolas e países para que se possa apresentar ao Papa, mais tarde, um novo projeto.

Por não haver mais possibilidade de novas votações, os presidentes ficaram de mandar por escrito o parecer de suas conferências episcopais. Caso contrário, a comissão conciliar para este projeto teria ouvido, provavelmente, mais um sem número de opiniões contrárias.

Que Espera a Sociedade Moderna Das Congregações Religiosas?

Um bispo japonês fala às suas religiosas... Quase tudo vale também para nós! Melhor, porém, que a lição venha de fora, pois não fere possíveis susceptibilidades. Reconhecemos sim que se exige bom senso para bem interpretar a intenção do autor. Certas afirmações não podem ser aceitas ao pé da letra; por exemplo, se se deduzisse do contexto que a miséria fôsse um ideal. Ela não o é para ninguém, nem mesmo para os religiosos!

Certo é que o artigo não quer abrir polémicas, nem suscitar críticas, mas se oferece tão-somente como objeto de reflexão. Cada qual de nós procure assimilar o que o mesmo lhe sugere no sentido de apresentar a Igreja como o Concílio a quer: "a Igreja dos Pobres". E também no sentido de sadio brasileiro nos costumes e processos apostólicos de nossas ordens e congregações, que devem saber situar-se onde estão e segundo as exigências da realidade com que se defrontam.

A REDAÇÃO

NÃO fui movido por mim mesmo a escrever este artigo, com o único fim de ter alguma coisa para publicar. Contudo, de tempos em tempos, eu tinha estes pensamentos de modo mais ou menos vago, e os guardava em algum canto de meu coração. Foi então que as Irmãs Servas do Sagrado Coração me propuseram o título acima com o pedido de escrever alguma coisa para a revista. Hesitava ainda quando o convite se fêz mais premente. Foi assim que ousei decidir-me a dar uma forma escrita a meus pensamentos.

Penso não ser necessário exprimir mais uma vez os sentimentos de gratidão sempre presentes em meu coração para com o grande número de sociedades religiosas e para com cada uma em particular, que, deixando seu país, se expatriaram no Japão e continuam a trabalhar noite e dia pela salvação das almas dos japoneses. Este reconhecimento esteve presente em meu pensamento durante todo o tempo em que redigia estas linhas. Foi possuído por tal sentimento, ou melhor, inspirado pelo próprio reconhecimento, que me animei a vos apresentar estas reflexões. Eis o verdadeiro motivo que vos peço seja levado em conta. Quero evitar os circunlóquios e os

artifícios oratórios, mesmo que o espaço não me fôsse limitado. Chamarei as coisas por seus próprios nomes, com tôda a franqueza, na convicção de que vossa inteligência não há de com isto se encher de confusão.

É certo que o título diz: "Que espera a sociedade moderna das congregações religiosas?". Mas, para concretizar êste objeto abstrato — "a sociedade moderna" — penso que aqui se trata do Japão moderno. Deixando de lado as congregações exclusivamente contemplativas como os trapistas e as carmelitas, tôdas as sociedades religiosas, chegadas ao nosso Japão moderno, fizeram-no, sem sombra de dúvida, para alguma forma de apostolado direto, isto é, para estender o reino de Deus. Êste é o pressuposto inicial de tudo que vou dizer.

Um espetáculo estranho

Abramos, pois, o Evangelho e vejamos João Batista, da prisão, enviando seus discípulos a Jesus com a missão de se certificarem se Jesus era mesmo o Messias prometido. Tôdas conheceis a resposta de Jesus. Sem nada dizer de sua qualidade de Cristo, Filho de Deus, Jesus se contenta em citar a profecia de Isaías e lhes responde: "Ide e contai a João o que ouvistes e visteis: os cegos vêm, os coxos andam... e o Evangelho é anunciado aos pobres" (*Mt* 11, 4-5). Noutras palavras, a prova viva de que Jesus era mesmo o Salvador prometido estava no fato de que a Boa-Nova era anunciada aos cegos, aos coxos, isto é, aos deserdados do mundo, aos miseráveis. Na atividade apostólica de Jesus, portanto, a classe da sociedade que tem o direito especial de receber primeiro a Boa-Nova é a classe dos pobres, aquela que recebeu a palavra de bênção: "Felizes os pobres" (*Mt* 5, 1).

Ora, se lanço um olhar sôbre o Japão moderno, para saber quantos dentre os pobres gozam dêste direito especial, um estranho espetáculo se oferece a meus olhos. É certo que não se pode ignorar o modo admirável como as congregações religiosas, que têm por fim as obras de caridade, dirigem orfanatos, asilos de velhos, casas de reeducação e leprosários. Quando se trata, porém, das classes miseráveis da sociedade, dos operários, dos camponeses, dos pescadores, das espôsas e filhos dos economicamente desfavorecidos que vivem nas ruelas de nossas cidades, temos a impressão de que estas classes sociais não são consideradas como um fim que valha a pena para a *atividade* de vossas congregações. Quando me parece que estas classes sociais nunca são objeto de vossas preocupações, é isto um engano que só eu estou a cometer?

Quase não se pode contar o número de congregações religiosas que se rivalizam para se concentrar nas grandes cidades como Tôquio, Yokohama e Osaka, e aí despendem capitais enormes trazidos do estrangeiro. Uma vez terminada a construção de imensos estabelecimentos de que a arquitetura contemporânea pode orgulhar-se, os filhos e as filhas de boas famílias, atraídos por esta atmosfera de dinheiro e de gosto burguês, não deixam

de se lançar no assalto destas instituições. Se seiscentos candidatos se apresentam aos exames de seleção para trezentos lugares disponíveis, parece, visto de fora, que isto constitui uma prova do grande sucesso de vossa obra. Contudo, não é mais permitido entreter, como vós o fazeis, esta ilusão fácil, baseada na ignorância. Na mesma cidade em que morais, há milhares, dezenas de milhares de pobres que nada têm a ver com vossas escolas. Diante das aparências descritas acima, não estão êstes miseráveis no êrro quando acham que a Igreja Católica é feita para os ricos, que está a serviço dos capitalistas. Arrepia-me sempre que penso a que poderão levar, um dia, as conseqüências dêste julgamento. O problema seria outro se o conjunto da sociedade japonesa tivesse chegado a um nível de vida superior ao das classes médias de nossas grandes cidades. Há, porém, no Japão moderno, um número muito grande desta classe de miseráveis cuja condição não podeis imaginar.

Suponhamos que o Senhor Jesus nascesse agora. Não achais que olharia êle esta classe de pobres com um olhar muito diferente do vosso?

Muito longe dos miseráveis

Perguntemo-nos como é possível que os miseráveis, que deveriam ter sido os primeiros a ser conduzidos à salvação, estejam assim reduzidos a não ter absolutamente nada convosco, religiosas de nossas congregações. Penso eu que é porque vós vos tornastes *ricas*, no verdadeiro sentido da palavra, sem nenhuma ligação com os miseráveis. Não quero, de forma nenhuma, dizer que violastes o voto ou a virtude de pobreza religiosa. No entanto, o conceito abstrato de *pobres* não tem existência real. O que tem uma existência real e concreta são apenas os *homens miseráveis*. É intencionalmente que emprego o termo *miseráveis*. Quantas religiosas deveriam declarar: "Vivemos pobremente para o Senhor, sem dúvida; mas é certo também que não somos miseráveis"! Ora, o Senhor Jesus era "o filho de um pobre carpinteiro". Viver segundo a pobreza religiosa, deveria ser idêntico a viver como pobre.

Percorri muitos países da Europa e da América. Vi, por tôda a parte, os edifícios das casas-mães das congregações religiosas. Suas esplêndidas e luxuosas construções bem poderiam passar pelos *buildings* de uma grande firma comercial. Não pude deixar de ressentir uma confusa contradição. Então dizia sempre a mim mesmo: "é porque são países ricos. Não há motivo para fazer disso um problema pessoal". Mas eis que, recentemente, a potência financeira dêstes países ricos, estendendo-se até o Japão, começou a fazer aparecer aqui, ao lado de ruas que transbordam uma multidão de indigentes, numa espécie de rivalidade, os edifícios imponentes de conventos e de noviciados que nada deixam a desejar do ponto de vista de conforto e comodidade.

Não posso me impedir de pensar que isto tenha uma aparência bem desastrada. Não tenho dúvida alguma de que as religiosas que vivem em tais edifícios estão livres de todos os desejos materiais e que praticam a pobreza de espírito e a virtude de seu voto. Mas os conventos em que viveis têm aquecimento central no inverno e aclimação no verão. Há um elevador para transportar os fardos um pouco pesados até o segundo ou o terceiro andar. Nada vos falta para vos vestirdes. Mal tal espécie de vida, faça o que fizer, nunca tem a oportunidade de se perguntar: Que significa realmente esta *pobreza*? Esta pobreza opulenta não tem nenhuma relação com a verdadeira pobreza espalhada por todo o Japão. Mais ainda, ela não se assemelha de maneira nenhuma à vida de Jesus, vosso Divino Espôso, o Senhor Jesus, que disse: "As rapôças têm suas tocas e os pássaros têm seus ninhos. Mas o Filho do Homem não tem onde repousar a cabeça".

Uma casa estrangeira

Então, por onde devemos começar? O essencial é, sem dúvida, praticar pessoalmente a verdadeira pobreza dos japoneses de nossa época. Antes, porém, há alguma coisa que eu desejo propor àquelas dentre vós que vieram de países estrangeiros. Em uma palavra, é o seguinte: ide até o limite de vossos esforços para vos tornardes verdadeiras japonesas. O país onde a Providência vos colocou é o Japão, o Japão independente. Portanto, nem é preciso dizer que não é o Canadá, nem os Estados Unidos, nem a França, nem a Alemanha. Não é tampouco uma colônia de um destes países. Enfim, vossa sociedade religiosa não é filial de um destes países.

Viestes para o Japão trazendo no coração o sublime ideal de amar o Japão e de conduzir ao reino de Deus as almas dos japoneses que encontrásseis. Estais pois animadas da firme esperança de amar o Japão e de vos assimilardes à alma dos japoneses. Fôstes vós mesmas, se não me enganar, a me afirmar que este ideal certamente não se pode realizar se não começardes por vossa *vida pessoal*.

— Que é, pois, a vida pessoal?

1) Primeiro, é a *língua*. — Infelizmente o japonês é uma língua difícil, e sei muito bem quantos anos de sacrifícios e de tenacidade vos foram necessários para vencer esta dificuldade. Tendes, por isso, minha respeitosa simpatia. Apesar de toda esta simpatia, porém, não me é permitido ser muito indulgente para convosco neste domínio, pois trata-se aqui de fazer desaparecer o preconceito geral de que a religião católica é uma religião estrangeira. Por exemplo, logo ao transpor a porta de um convento, temos a impressão de ver diante de nós um mundo diferente em

que a língua estrangeira reina por tãda a parte, a tal ponto que até certas irmãs japonesas se comprazem em balbuciar-lhe umas duas palavras. Alguém que vem de fora muitas vèzes se detém estupefato, indagando se está mesmo no Japão. Nunca podeis imaginar como tal coisa impressiona mal. Ousamos dizer que mesmo quando se trata de irmãs estrangeiras falando entre si (salvo talvez casos excepcionais que devem ser reduzidos ao mínimo), deve-se esperar que elas tenham a delicadeza de falar unicamente em japonês, pois que estão no Japão com a esperança de propagar a fé aos japoneses. Com mais forte razão, deve-se considerar uma grande falta de consideração o fato de se hastear, no convento, a bandeira de sua própria nação no transcurso de uma festa, ou de se cantar e de se fazer cantar na língua de seu país de origem.

2) Em segundo lugar, a *alimentação*. — “Gosto demais da comida japonesa : o *sashimi* (fatias de peixe cru) é delicioso; os *suschi* (bolinhos de arroz cozido com peixe cru) são um regalo”. Eis o que comumente se ouve de religiosas. O *sashimi* e os *suschi*, porém, são, para o comum dos japoneses, pratos de dias de festa. A maior parte dos japoneses, ao café da manhã, se contenta com *miso shiru* (sopa de soja) com *takuan* (rabanetes de molho com sal) e com arroz cozido. Vós também, não digo todos os dias, mas quando por acaso não se pode preparar a refeição, em lugar da pobreza de um pedaço de pão duro, de leite e um pouco de manteiga, deveis aceitar com alegria a pobreza dos japoneses com a sopa de soja, o rabanete salgado e o arroz cozido. De uma religiosa que tivesse passado muitos anos no Japão e nunca tivesse experimentado a alegria de dizer “Contanto que haja sopa de soja, um pedaço de peixe barato e legumes salgados, posso comer arroz cozido à vontade”, de tal religiosa seria exagerado dizer que ela praticou a virtude de pobreza, não é verdade?

3) Enfim, o *vestuário*. — Este é um grande problema, e não desejo abordá-lo longamente. No fundo, não há relação entre êstes vestígios da Idade Média da Europa Ocidental e o Evangelho de Cristo, essência da Igreja Católica. Poder-se-ia, contudo, fechar os olhos a isto, se se pudesse dizer que a vestimenta religiosa traz uma vantagem indiscutível para vosso santo trabalho. Contudo, aos olhos dos japoneses de nossos dias, esta roupa só lhes dá a impressão de *uma aparência de riquezas*, pois êstes hábitos religiosos, muito pouco favoráveis ao trabalho enérgico, parecem custar somas consideráveis. Não só do ponto de vista do vosso trabalho, mas do ponto de vista da Igreja Católica em todo o Japão, só trazem desvantagens.

Suponhamos que haja mças que, por causa dêste hábito, se sintam atraídas à vida religiosa. Penso que não considerariéis isto como sinal de uma sincera vocação. Seria, antes, a roupa grosseira e rústica, como a das empregadas, a revelar a forma natural de uma vida de devotamento. Não é de tal aparência que se deve orgulhar um verdadeiro pobre? O principal para os indigentes que vivem atualmente no Japão de hoje é que leveis

uma vida cuja forma e comportamento lhes torne possível abrir seu coração, precipitem-se para vós como para uma mão estendida que lhes traz socorro, sem que alguma impressão de estrangeirismo os retenha. Em última análise, a forma de vida que a sociedade moderna espera de vós é a forma de vida do pobre que pratica literalmente a verdadeira virtude da pobreza religiosa.

Necessidade de uma reforma fundamental

Então, o que é preciso fazer? Será preciso que eu aprofunde um pouco mais o problema. O que vou dizer poderá parecer-vos ser a crítica proveniente de uma exigência unilateral de terceiro, pois trata-se da necessidade de uma reforma fundamental de estrutura das congregações religiosas. Escutai-me, no entanto, levando em consideração minhas boas intenções.

Primeiro, só quando uma congregação religiosa começa a viver o gênero de pobreza própria de um país, é que ela tem direito de partilhar, pela primeira vez, do privilégio e da dignidade que têm em comum com o Senhor Jesus de ensinar o Evangelho aos indigentes.

Louvamos, pois, uma pequena casa no meio de um quarteirão onde moram os pobres. Seja isto numa grande cidade ou numa pequena vila de cultivadores ou de pescadores, mas, em todo caso, não longe de uma igreja. Um canto, numa casa de apartamentos, também será conveniente. Em seguida, pode-se começar segundo o fim para o qual cada congregação é fundada. Por exemplo, se se trata de irmãs cujo fim primordial é a educação das crianças, poderão elas reunir os meninos pobres da vizinhança e ajudá-los a preparar ou a repetir as lições escolares. Se se trata de membros de uma sociedade fundada para os velhos, poderão percorrer o quarteirão todos os dias e, pouco a pouco, dispensar um cuidado pessoal aos velhos enfermos, conversar com eles, fazer-lhes uma leitura, e assim por diante. As irmãs que têm hospitais poderão se comprometer a cuidar dos doentes do quarteirão e se consagrar inteiramente ao seu serviço, desde a limpeza até ao passeio de charrete.

No princípio, sereis, sem dúvida, objeto de desconfiança, sereis injuriadas, vossas intenções serão mal interpretadas. Mas logo, o espírito de caridade e de sacrifício com que vos ofereceis inteiramente, e sobretudo a pobreza de vossa vida, ganhar-vos-ão a confiança de todos. E todo o quarteirão se porá a escutar tudo o que vós lhes dizcis; a fazer, por vosso exemplo, tudo o que lhes ensinais. Esta conquista, cuja alegria estais absolutamente impossibilitadas de conhecer na vossa vida atual, tornar-se-á a vossa, se vos tornardes realmente pobres, se compartilhardes do mundo dos pobres. Desde que tôdas as religiosas, sem exceção, estejam animadas deste espírito de sacrifício, a prática da vida religiosa neste quadro restrito e realmente pobre poderá se multiplicar por toda a parte e em todos os tempos.

É certo que a vida religiosa exige regras fixas. Mas estas regras não supõem que sua observância esteja ligada a condições exteriores, como, por exemplo, ter um quarto separado para cada uma, um refeitório, um salão e uma capela. Grande número de pobres devem dormir amontoados com toda a família num só quarto. Vós que formastes com alegria uma só família pobre por amor ao Senhor, não haveríeis de constituir o único caso em que isto seria impossível.

Capítulo VI, versículo 25

Pode ser que alguém me diga que o convento deve ter uma capela e que a religiosa deva poder estar sempre bem perto do Santíssimo Sacramento. Mas quem deu ao Senhor a ordem de estar sempre confinado para o uso dos homens, de tal modo que, para o encontrar, baste simplesmente abrir uma porta? É preciso, antes, acreditar, com uma fé mais profunda, que o Senhor está presente em toda a parte. E depois, se o queremos consolar no Sacramento em que está abandonado, não exige a ordem das coisas que sejais vós a vos deslocardes para ir à igreja paroquial, onde há visitantes durante o dia? Também para a missa da manhã, compete a vós fazer o trajeto até à igreja paroquial, pois, como membros da paróquia, tendes obrigação de estar a seu serviço e de dar bom exemplo aos paroquianos. Com efeito, as congregações religiosas estão para servir à Igreja, e não sois vós que deveis ser servidas pela Igreja.

Naturalmente haveis de me perguntar onde encontrar recursos para manter tais projetos. Se sois destas pessoas que racionalmente põem uma confiança absoluta nos cálculos humanos, eu vos respondo: "Suponhamos que todas as congregações religiosas que trabalham agora no Japão depositem no banco a soma que gastariam, reduzindo em algumas percentagens uma parte inútil das despesas previstas para construir as casas-mães, despesas que em moeda japonesa estão na ordem de muitas centenas ou mesmo de milhares de milhões. Só dos juros destas somas, poderíeis, por um futuro ilimitado, e com largueza, prover à conservação e aos gastos de trabalho de milhares de religiosos admiráveis que quereriam viver a fundo a pobreza do Japão".

E àquelas dentre vós que ainda ficassem um pouco inquietas quanto à realização de tais projetos, permito-me recomendar-lhes que meditem mais uma vez, bem devagar, os versículos 25 e seguintes do capítulo sexto do Evangelho de São Mateus.

O mais depressa possível: os pobres esperam

Tal como a redação desta revista me pediu, expus-vos longamente o que a sociedade japonesa moderna espera das congregações religiosas, e

isto com franqueza e sem constrangimento. Contudo, apresentei-vos, sem rodeios, exigências que, se me parece, vêm quase unicamente de meu lado. Muitas dentre vós certamente me farão notar, sem dúvida, que cada sociedade tem suas constituições próprias, que as circunstâncias diferem, que não se faz assim tão facilmente tudo que se teria vontade, etc. Tais observações são bem naturais, e as *circunstâncias familiares* diferem mesmo em cada sociedade. Eu também não creio que tudo que acabei de dizer hoje possa ser pôsto em prática imediatamente. Mas se de fato não se pode fazer tudo o que aqui está descrito, é certo que há realmente alguma coisa a se fazer, não sei quando e não sei por quem.

Durante o Concílio, isto é, sob o impulso do Espírito Santo, a própria Igreja Católica faz, atualmente, um esforço para se libertar das velhas tradições. É acôrdo unânime — também para as congregações religiosas — que há alguma coisa a mudar fundamentalmente na sua maneira de pensar e na sua maneira de agir. Desde que há alguma coisa a se fazer, que se ponha a execução o mais depressa possível, é o melhor. Mas, por quê? Porque no próprio momento em que vos escrevo estas coisas, os pobres, que são os primeiros depositários do privilégio de receber a Boa-Nova, encham nossas ruas e esperam vossas mãos protetoras.

Se há uma realidade de que não podemos duvidar um instante, é que o Senhor Jesus, o Jesus que geme na prisão, o Jesus que chora de fome, o Jesus que treme completamente nu, êle também definha na expectativa do dia em que vireis visitá-lo, do dia em que vireis dar-lhe um pouco de arroz, do dia em que, tirando vossa vestimenta, o vestireis com vossas próprias mãos.

Terminando, faço questão de insistir na convicção que tenho de que agora fareis o que vos fôr possível, e, do fundo do coração, agradeço vossos esforços. Que o Senhor faça descer a sua bênção sôbre vós.

DOIS LUTERANOS FAZEM O NOVICIADO EM MOSTEIRO BENEDITINO

A fim de acompanharem mais de perto e melhor conhecerem a vida de noviciado, entraram no mosteiro beneditino de Feralch, na Áustria, dois luteranos suecos. Uma vez decorrido o tempo para isso estabelecido, regressarão a seu país para ali fundar uma comunidade religiosa luterana, que seguirá a Regra de São Bento. Isto é a realzação de um acôrdo entre o Bispo católico de Linz, Dom Zauner, e o Bispo luterano de Visby (Suécia), M. R. Olof Herrlin. Os dois novicos fazem parte da Fraternidade da Santa Cruz, grupo da "Alta Igreja" luterana sueca.

A Solidariedade da Igreja na Alemanha: MISEREOR e ADVENIAT

Face às necessidades vitais que afetam dois terços da humanidade, em vários países do mundo, mormente na América Latina, vêm os católicos da Alemanha há alguns anos para cá, cotizando-se anualmente, dando com isso nobre e brilhante exemplo de solidarismo cristão.

Também o nosso País tem sido alvo dessa atenção e ajuda desinteressada. Através da MISEREOR e da ADVENIAT, tem a Igreja no Brasil podido atender a muitos apelos e levar a cabo empreendimentos e iniciativas em múltiplos setores. A Revista da CRB, tendo em conta a importância e oportunidade desses dois movimentos, há por bem divulgar este trabalho traduzido de CIDOC Informa, de 1 de novembro último (pp. 327-333), que reproduz o artigo publicado pela revista Critério (de Argentina), setembro de 1965. Os subtítulos foram adaptados pela

REDAÇÃO

A AJUDA aos países em vias de desenvolvimento se converteu num dos problemas cruciais de nosso século.

Em 26 de maio de 1965, Josué de Castro discursava na Universidade de Buenos Aires. A personalidade deste médico brasileiro (nascido a 5 de setembro de 1908), ex-Presidente da FAO (Food and Agriculture Organisation), que declarou guerra sem tréguas à fome no mundo, é conhecida em toda parte. O mais célebre de seus livros é *Geopolítica da fome*, publicado em 1955 e que foi traduzido em 18 línguas.

A obra do Abbé Pierre (fundador de Emaús) iniciada em 1951 percorreu o mundo chamando a atenção para os problemas da moradia e da fome.

Em outubro de 1958 aparecia *Suicídio ou Sobrevivência do Ocidente?* do Padre Lebrét, que há alguns meses visitou nossa capital (Buenos Aires). O fundador dos grupos de Economia Humana pode comprovar que, a partir de 1958, a sensibilidade face aos problemas da fome e do desenvolvimento se aguçou no mundo:

Em dois discursos à FAO, em 06/12/53 e 10/11/55, já Pio XII se preocupava com estes angustiantes problemas. Nos últimos dez anos, a literatura sobre o assunto aumentou consideravelmente. Graças a nume-

rosos estudos oficiais e particulares, se foi descobrindo a pavorosa realidade de um mundo em que os países ricos cada dia se tornam mais ricos e os países pobres cada dia mais pobres.

Em 1950, a Santa Sé era admitida como observador permanente na FAO, fundada a 16 de outubro de 1945; porém, talvez se pudesse afirmar que a Exposição Internacional de Bruxelas de 1958 constitui um dos marcos que assinalam maior consciência da justiça internacional. O Pavilhão do Vaticano *Civitas Dei* mostrou gráficamente a dor que há no mundo, e as *Jornadas Católicas Internacionais* ali celebradas puseram a descoberto a preocupação da Igreja pelos países subdesenvolvidos.

Como nasceu a MISEREOR

Três meses depois dessas Jornadas, publicava o Episcopado alemão sua primeira carta sobre a MISEREOR. Os bispos acenam para o perigo do materialismo: "Nossa satisfação não aumentou segundo o ritmo de nossa prosperidade; nossa gratidão para com Deus e nossa determinação de moderar o luxo e de ajudar os pobres não aumentou suficientemente".

Insiste-se junto aos fiéis que tenham compaixão, como o Senhor, de todos os necessitados. Durante a Quaresma, economizarão em alimentos (uma maneira profunda de dar sentido apostólico ao jejum quaresmal), diversões, luxos, e depositarão tudo aos pés do altar do Senhor no Domingo da Paixão. Este apêlo que se converterá numa prova de amor cristão para com os que sofrem é motivado também "pela compaixão que suscitam as almas de seus fiéis que correm o perigo de prostrar-se diante das coisas dêste mundo e de esquecer-se de Deus e da eternidade".

As primeiras coletas

A primeira coleta ultrapassou todos os cálculos: trinta e cinco milhões de marcos (quatro marcos equivalem a um dólar) para uma população de 23 milhões de católicos distribuídos em 22 dioceses. Uma comissão de bispos composta de cinco membros sob a presidência do Cardeal-Arcebispo de Colônia se encarregou da distribuição do dinheiro coletado conforme planos, projetos e destinação que a administração da MISEREOR, estabelecida em Aquisgrana, lhes transmitiu.

A coleta de 1960 foi de 44 milhões. Ficava expresso que não se pode participar frutuosamente do pão eucarístico se não se parte o pão de cada dia com os irmãos necessitados. O exemplo da Igreja apostólica vale para todos os séculos: "Perseveravam êles na doutrina dos apóstolos, nas reuniões em comum, na fração do pão e nas orações, e todos os fiéis viviam unidos e tinham tudo em comum... e dividiam-nos por todos, segundo a necessidade de cada um". Formavam "um só coração e uma só alma" (*At 2, 42-47; 4,32-35*).

Ano após ano, os bispos foram dando conta da situação do mundo, agradeceram a seus fiéis e os estimularam para novos esforços. A resposta foi generosa, coletando-se:

- em 1961, 48 milhões;
- em 1962, 43 milhões;
- em 1963, 48,5 milhões; e
- em 1964, 45 milhões de marcos.

Exemplo e sentido de um jejum quaresmal

Os bispos se alegram, visto que o amor de seus fiéis percorrendo o mundo, não só pôde levar ajuda a tantos lugares mas também porque este exemplo repercutiu em outros países europeus que começaram na Quaresma a ajudar repartindo o seu pão com os necessitados. Em tôdas as cartas transparece a mesma angústia pastoral, já que apenas se conseguiu satisfazer a um têrço dos inumeráveis pedidos que chegam clamando por socorro; porém, ao mesmo tempo se manifesta a serenidade que dá a fé de saber que o Senhor a quem encontramos em cada necessitado (*Mt 25,40*) não nos perguntará se ajudamos a todos, mas sim se ajudamos aquêles a quem podíamos ajudar.

Na Igreja primitiva o jejum era uma das práticas mais difundidas. Já Isaías (58, 6-7) pregava "Sabeis qual é o jejum que eu aprecio? diz o Senhor Deus: ... é repartir seu alimento com o esfaimado, dar abrigo aos infelizes sem asilo, vestir os maltrapilhos..." Cristo se nos apresenta hoje em dia nos famintos, nos necessitados, e nos pede que lhes demos de comer. O jejum quaresmal em favor dos irmãos necessitados do mundo é a resposta que os fiéis devem dar ao Senhor que lhes fala por meio dos que sofrem e por meio dos seus bispos.

Na pastoral de 1963 se afirma: "agora podemos dizer-vos que em quase todos os países europeus — França, Bélgica, Austria, Holanda, Suíça — e em alguns países de além-mar os católicos jejuam conosco para oferecer sua ajuda aos enfermos e aos famintos". Os luteranos iniciaram também na Alemanha campanha semelhante em favor das mesmas necessidades.

O destino da MISEREOR

É uma graça de Deus poder ajudar os outros; porém é uma graça ainda maior poder ajudar a que outros se ajudem a si próprios. Por isso, com os 272 milhões e meio de marcos recolhidos até agora pela MISEREOR, procurou-se de preferência ir ao fundo dos problemas, tendo sido distribuídos da seguinte maneira: África, 72 938 milhões; América Latina, 78 803 milhões; Ásia e Oceânia, 88 981 milhões; bôlsas de estudos e instituições internacionais, 20 750 milhões; formação de pessoal para países em vias de desenvolvimento, 11 028 milhões.

Em concreto, os gastos foram assim distribuídos: agricultura, 48 803 milhões; ferramentas, 32 418 milhões; ajuda médica, 82 222 milhões; ajuda por ocasião de catástrofes, 15 621 milhões; cooperativas, 31 227 milhões; formação para economia doméstica, 20 110 milhões; formação geral, 10 291 milhões; formação de pessoal e de quadros, 31 778 milhões.

Mediante os planos da MISEREOR foram edificadas ou restauradas : 179 escolas agrícolas; 246 escolas de artes e ofícios (de formação profissional); 438 hospitais e dispensários; 46 escolas de enfermeiras; 164 escolas de economia doméstica; 90 programas de captação e condução de água; 31 leprosários.

Trabalharam nos planos da MISEREOR : 314 ajudantes para o desenvolvimento; 84 pessoas para os problemas sanitários (médicos e enfermeiros); 27 engenheiros; 86 agrônomos; 117 operários.

Esta ação caritativa dos católicos alemães mereceu múltiplos elogios em todo o mundo; permito-me indicar tão-somente os pontifícios. De 22 a 26 de agosto de 1962 celebrou-se em Hanover o 79.º Congresso Nacional (*Katholikentag*), cujo tema era : *crer, agradecer, servir*. Ali se resolveu que as ajudas materiais a outros países deviam expressar a gratidão dos alemães pelo dom da fé. Na radiomensagem de encerramento, João XXIII (que em sua *Mater et Magistra*, de 15 de maio de 1961, tinha afirmado que "o problema mais importante de nossa época é o das relações entre comunidade política economicamente desenvolvida em países em vias de desenvolvimento econômico", e que tinha elogiado os católicos que colaboram com os países necessitados) voltou a agradecer aos alemães, como noutras oportunidades, por sua valiosa ajuda pela MISEREOR e a ADVENIAT que "são duas obras cristãs que suscitaram em todo o mundo reconhecimento e admiração (*Doc. Catholique*, 16/09/62, n.º 1384, col. 1159).

Surge movimento complementar : a ADVENIAT

Há quinze anos os europeus descobriram de novo a América Latina. Os livros *L'Amérique Latine*, de Georges Rouma (Bruxelas, 1948) e *L'Amérique Latine entre en scène*, de Tibor Mende (Paris, 1952), podem ser considerados como ponto de referência.

Os episcopados de alguns países europeus — os primeiros foram Espanha e Bélgica — vêm se interessando pelos problemas religiosos de nosso continente. Em 1948 criava-se na Espanha a OCSHA (Obra de Cooperação Sacerdotal Hispano-Americana); e em 1953 o Cardeal Van Roey fundava em Lovaina o Colégio para a América Latina. O Congresso do Rio de Janeiro em 1955 e a criação do CELAM (Conselho Episcopal Latino-Americano) — obra que se deve, em grande parte, à visão de Pio XII — assinalam uma tomada de consciência coletiva dos bispos da América Latina face aos graves e comuns problemas que se apresentam à fé.

Além da evolução político-social do continente, a penetração comunista (1/01/59, vitória do *castrismo* em Cuba), os latino-americanos que estudam na Europa, as congregações religiosas que vêm do exterior, os freqüentes apelos dos Sumos Pontífices, os contatos havidos por ocasião do Congresso de Munique (encontrei nas listas do Congresso 40 bispos latino-americanos : Brasil com 15, Argentina 8, México 4, Chile 3, Peru

3, Nicarágua 2, Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Paraguai e Uruguai com um cada), os encontros proporcionados pela MISEREOR e depois pelo Concílio e ainda os numerosos bispos de origem alemã na América Latina — são estas circunstâncias que devem constituir os diversos motivos que influíram na instituição dessa grande coleta da ADVENIAT.

Nas quatro pastorais publicações se notam as mesmas características que se encontram na MISEREOR: realismo, sentido da Igreja, apêlo a uma penitência caritativa.

Falta educação cristã; avança o comunismo, o espiritismo. Mas existem forças espirituais magníficas que podem ser desenvolvidas e converter-se em vigor para toda a Igreja. Lamentam os bispos não poder enviar clero, nas atuais circunstâncias, para a América Latina, mas oferecem sua colaboração ao Episcopado do continente ajudando as vocações sacerdotais. Pedem a seus fiéis que por ocasião da coleta do Natal dêem pelo menos dez por cento dos gastos feitos nas festas natalinas.

Quem teve a alegria de passar vários natais no mundo germânico sabe que se trata de uma formosíssima festa de família, de alegria e de presentes recíprocos. Os católicos alemães responderam generosamente: vinte e três milhões de marcos. E os bispos voltaram a insistir no ano seguinte: para que venha o reino de Deus é preciso nosso sacrifício, nossa ajuda, nosso amor.

Cada coleta tem sua finalidade determinada

A segunda grande coleta se destinaria: 1) à construção e término dos principais seminários; 2) à formação de catequistas e apóstolos leigos (já que não se conseguirá atingir o número necessário de sacerdotes e porquanto, além disso, há uma tarefa admirável que os leigos podem realizar); 3) aos gastos de educação. Além do dízimo do Natal, os bispos pediam que pessoas, famílias e paróquias se encarregassem de custear os estudos de seminaristas latino-americanos. A resposta foi 27 milhões e meio de marcos e uma intensa ajuda por meio de *padrinhos*.

Em sua terceira carta os bispos insistem na responsabilidade de cada bispo para com a Igreja universal (este é um dos significados da MISEREOR e ADVENIAT), e os fiéis na Alemanha tomaram consciência de que são membros do povo de Deus e que têm também a responsabilidade da fé em todo o mundo.

O que foi recolhido em 1963 se destinou às necessidades dos sacerdotes e da pastoral. Sobre as necessidades daqueles — cujas condições econômicas em muitos países são bem difíceis — têm que viver do que os fiéis também pobres lhes entregam por ocasião dos ofícios religiosos. Os bispos revelam que desejariam poder ajudar os prelados das regiões mais necessitadas entregando-lhes cem marcos por mês para seus sacerdotes. Além disso, eles se preocupariam com os casos de enfermidade, velhice, assegurando pensões. Com muito realismo mostram que uma das causas de escassez de vocações haveria que buscá-la no fato de os pais se angustiarem com o futuro econômico árduo que tocara a seus filhos no caso de seguirem o chamado ao sacerdócio.

Quanto à necessidade da pastoral, insiste-se que, apesar de todos os auxílios que venham do estrangeiro e apesar do aumento de vocações, não será possível cobrir as necessidades atuais, pelo menos as que se apresentarão daqui a 20 ou 30 anos. Por isso propõe ajudar: 1) formando leigos (catequistas, auxiliares do padre); 2) mantendo suas famílias durante o período de formação; 3) remunerando êsses leigos de modo conveniente por seu trabalho apostólico. Tal ajuda seria, além do mais, muito valiosa, já que poderia ser para toda a Igreja um modelo daquilo que os leigos podem fazer pela difusão do cristianismo. Sobretudo deve se atender ao campo da pastoral estudantil (onde o comunismo latino-americano está concentrando seus esforços). Angariaram-se quase 36 milhões de marcos.

As obras dão testemunho do amor

Na quarta carta (29/11/64) retomam-se as mesmas intenções da terceira grande coleta e anuncia-se ainda um subsídio para a imprensa e rádio católicas do continente ao serviço da transmissão da fé. O Decreto conciliar sobre os meios de comunicação social foi promulgado em 4/12/63.

Como as anteriores, respira e comunica esta carta o intenso amor pela Igreja. A experiência fraternal do Concílio com o Episcopado mundial, e especialmente o latino-americano, foi enriquecedora, e os bispos alemães o atestam em sua carta. Um amor à Igreja que se traduz em obras, como ensinava São João (*I Epíst.* 3,18). Através da palavra de seus pastores e de sua ação caritativa, têm os fiéis a experiência vivida de que a Igreja é uma realidade atual e vivente com a qual êles se sentem solidários.

A comunidade protestante de Taizé, depois da primeira sessão do Concílio, decidiu trazer sua ajuda às cooperativas agrícolas fundadas pelos bispos católicos da América Latina (cf. *La Doc. Cath.*, n.º 1403, 7/07/63, cols. 907-913). O Dr. Oscar Culmann em 1957 elaborou um projeto de solidariedade cristã consistindo numa ajuda mútua das diversas comunidades cristãs. O Decreto sobre o Ecumenismo aprovado pelo Concílio Vaticano II em sua terceira sessão (21/11/64) em seu número 12 fala da cooperação com os irmãos separados no campo da ação social.

Chama favoravelmente a atenção a clareza com que os bispos comunicam o estado financeiro da MISEREOR e ADVENIAT. Os alemães informam também com abundância de pormenores, de maneira que os fiéis saibam de onde proveio o que se coletou, quanto amonta e para que se destina. Com grande sentido da organização os pedidos feitos à MISEREOR e ADVENIAT (a sede desta se encontra em Essen) são bem examinados, e estabeleceu-se um sistema de inspeção para comprovar realmente que tal ou qual ajuda foi empregada na finalidade para a qual ela foi solicitada.

Conclusão

Ao terminar, insistiria nos valores eclesiais destas duas grandes coletas que são a MISEREOR e a ADVENIAT. Uma preocupação para com os irmãos que sofrem, um testemunho da Igreja, "sinal levantado entre as nações", uma nova descoberta do valor caritativo do jejum. "Creio na fé que se paga" — afirmou alguém.

Na Alemanha existe um impôsto eclesiástico que consiste entre oito e dez por cento do total dos impostos pagos ao fisco, além do mais que os fiéis generosamente depositam nas coletas das missas. O reconhecimento para com os católicos alemães tem se estendido por toda a parte. E os bispos da América Latina, durante a primeira sessão do Concílio, manifestaram ao Episcopado alemão sua gratidão pela tarefa empreendida em favor de nosso continente (cf. *Critério*, 24/01/63, n.º 1420, p. 76).

Uma Igreja que se quer apresentar como servidora (o esquema treze o reafirma) pode se alegrar em ver que seus filhos se esforçam para promover que todos os homens levem uma vida digna do homem. A Igreja quer colaborar com todos para instaurar uma sociedade mais correta e fraterna. O exemplo da Alemanha é digno de ser valorizado na atualidade. Ante a perspectiva de que nosso Santo Padre Paulo VI viajará às Nações Unidas para defender a causa da paz e da dignidade do homem (isto se escrevia antes dessa viagem), a voz de Cristo nos ensina, através do exemplo dos irmãos católicos da Alemanha: Venha a nós o vosso reino (*Adveniat regnum tuum*); tenhamos pena da multidão (*Misereor*). Os homens descobrirão que Deus Pai os ama, porque nós cristãos os amamos. Para nós, o viver nossa relação com Deus (verticalidade religiosa) terá sentido e possibilidade quando vivermos intensamente nossa relação com os homens (horizontalidade religiosa).

BALANÇO DA AJUDA BELGA A AMÉRICA LATINA

Louvain — Por motivo do décimo aniversário da fundação do Colégio para a América Latina de Louvain, publicou ele um quadro com as principais cifras da ajuda até agora prestada à América Latina.

São 112 os padres enviados a 34 diferentes dioceses de 12 países, principalmente a Bolívia, Brasil, Chile e Venezuela. Foram também 25 leigos.

O atual curso acadêmico conta 17 novos seminaristas filósofos e 5 teólogos. Acaba de celebrar-se um novo encontro entre padres, religiosos, religiosas e leigos que em breve partirão para a América. Assistiram 42, dos quais 11 são sacerdotes diocesanos.

Consultas

Faculdades Para os Moderadores Supremos Das Religiões Clericais de Direito Pontifício e os Abades Presidentes Das Congregações Monásticas

Embora as presentes faculdades já datem de 1964 e não beneficiem nem os institutos não clericais nem as religiões de direito diocesano, parece-nos necessário, ainda que tardiamente, levá-las ao conhecimento de todos, sobretudo porque ainda não as vimos publicadas em vernáculo. Respondemos assim a várias consultas que a tal respeito nos têm sido feitas. Os subtítulos são nossos.

Pr. Pr. X., O.F.M.

RESCRITO PONTIFÍCIO

pelo qual a Santa Sé delega certas faculdades aos Moderadores Supremos das Religiões clericais de direito pontifício e aos Abades Presidentes das Congregações monásticas

Havendo sido levadas súplicas à Sé Apostólica para que os moderadores supremos das Religiões clericais pudessem gozar de certas faculdades pelas quais se facilitasse o exercício do seu cargo. Nosso Santíssimo Senhor, o Papa Paulo VI, no dia 6 de novembro deste ano, na audiência concedida ao infra-escrito Cardeal Secretário de Estado, acolhendo favoravelmente essas súplicas, dignou-se determinar o que se segue, movido pois pelo desejo de, ao mesmo tempo, facilitar o regime interno das Religiões e manifestar-lhes o testemunho merecido de sua benévola vontade.

I — AOS SUPREMOS MODERADORES DAS RELIGIÕES CLERICAIS DE DIREITO PONTIFÍCIO E AOS ABADES PRESIDENTES DAS CONGREGAÇÕES MONÁSTICAS DELEGAM-SE AS SEGUINTE FACULDADES :

Celebração da missa e distribuição da santa comunhão em qualquer hora do dia

1. Permitir, somente aos sacerdotes, súditos seus, para o bem dos religiosos e por justa causa, que celebrem a missa e distribuam a santa comunhão em qualquer hora do dia, nas suas casas, observando no demais o que deve ser observado e salvaguardados os direitos do Ordinário do lugar no que se refere à celebração da santa missa para a utilidade dos fiéis.

Esta faculdade, com o consentimento do seu Conselho, podem subdelegá-la aos demais superiores maiores de sua própria Religião.

Missa votiva da B.V.M. ou dos defuntos para súditos enfermos

2. Conceder aos sacerdotes, súditos seus, que padeçam de debilidade da vista ou sofram de outra enfermidade, que celebrem diariamente a missa votiva da Santíssima Virgem Maria ou a missa dos defuntos, com assistência, se necessário fôr, de outro sacerdote ou de um diácono, e guardadas as normas litúrgicas e prescrições dadas nesta matéria pela Santa Sé.

A mesma faculdade para os sacerdotes cegos

3. Conceder a mesma faculdade aos sacerdotes, súditos seus, completamente cegos, contanto que ao celebrar os assista outro sacerdote ou um diácono.

Celebração da missa fora do lugar sagrado

4. Conceder aos sacerdotes, súditos seus, a faculdade de celebrar a missa na casa religiosa fora do lugar sagrado, num lugar porém honesto e decente, excluído o dormitório, sobre uma pedra de ara ou, em se tratando de orientais, sobre o *antimensio*; isto só pode ser concedido à maneira de ato e por justa causa; todavia se esta celebração fôr constante, requer-se causa mais grave.

Esta faculdade, com o consentimento do seu Conselho, podem subdelegá-la aos demais superiores maiores da própria Religião.

Celebração da missa sentado

5. Conceder aos sacerdotes, súditos seus, enfermos ou de idade avançada, que celebrem a missa sentados, se não puderem permanecer de pé, observadas as leis litúrgicas.

Dispensa da idade para ordenandos

6. Dispensar da falta de idade, que não exceda de seis meses completos, com o consentimento do seu Conselho, os súditos seus a serem promovidos às ordens sacras.

Dispensa de impedimentos provenientes de religião acatólica e de ilegitimidade

7. Dispensar, com o consentimento do seu Conselho, os súditos seus do impedimento para as ordens sacras que afeta os filhos de acatólicos, enquanto os pais permanecerem no seu erro.

Dispensar igualmente do impedimento pelo qual são afastados da admissão à Religião os que aderiram a uma seita acatólica bem como dispensar da ilegitimidade de nascimento os que não de ser admitidos na Religião, ainda que destinados ao sacerdócio, contanto que não sejam sacrílegos ou adúlteros. Mas, se surgir conflito acerca desta matéria entre o Bispo e o moderador supremo de uma Religião, prevalecerá o parecer do primeiro.

Dispensa de irregularidades

8. Dispensar, com o consentimento do seu Conselho, de quaisquer irregularidades tanto provenientes de delito como de defeito, os seus súditos já promovidos às ordens sacras, sendo porém a causa única que possam celebrar a missa, sob a condição que o ministério do altar se realize devidamente e disto não surja escândalo; exceto no entanto os casos de que se trata no cânon 985, nn. 3 e 4, do Código de Direito Canônico, e havendo prévia abjuração nas mãos de quem absolve, quando se tratar do crime de heresia e cisma.

Licença para operações com bens da Religião

9. Conceder por justa causa, com o consentimento do seu Conselho, que os bens da própria Religião possam ser alienados, empenhados, hipotecados, arrendados, redimidos da enfiteuse e que as pessoas morais da própria Religião possam contrair dívidas até aquela quantidade que a Conferência Nacional ou Regional dos Bispos tiver proposto e a Sé Apostólica tiver aprovado.

Licença para ler livros e revistas proibidos

10. Conceder aos seus súditos a licença de ler e guardar, de tal maneira porém que não possam chegar às mãos de outros, livros e revistas proibidos, sem excluir os que *ex professo* defendam a heresia ou o cisma ou intentem destruir os próprios fundamentos da religião. Toda-

via, essa licença só pode ser concedida àqueles que precisam ler os livros e revistas proibidos para combatê-los ou para desempenhar mais frutuosamente o seu cargo ou ainda para fazer melhor o curso de estudos.

Letras dimissórias para as ordens sacras

11. Dar aos seus súditos letras dimissórias para receber as ordens sacras, observando o que se deve guardar segundo o direito, isto é, quando se trata de Religiões que já não gozam desta faculdade pelo direito (cân. 964, n.º 2, do *Código de Direito Canônico*).

Com o consentimento do seu Conselho, podem subdelegar esta faculdade aos demais superiores maiores da própria Religião.

Jurisdição para ouvir confissões

12. Conceder, não somente aos sacerdotes súditos seus mas também aos sacerdotes de qualquer rito, quer do clero secular quer de outra Religião, aprovados pelo seu Ordinário ou pelo seu superior maior, jurisdição delegada para ouvir confissões dos seus religiosos professos, noviços e dos demais, dos quais se fala no cân. 514, § 1.º, do *Código de Direito Canônico* e no cân. 46, § 1.º, das Letras Apostólicas *Postquam Apostolicis Litteris* dadas *motu proprio* no dia 9 de fevereiro de 1952, isto é, quando se trata de Religiões que não gozam por direito desta faculdade (cân. 875, § 1.º, do *Código de Direito Canônico*).

Com o consentimento do seu Conselho, podem subdelegar essa faculdade não somente aos demais superiores maiores mas também aos superiores de cada uma das casas da própria Religião.

Atos de jurisdição

13. Pôr atos de jurisdição para o regime e a disciplina interna, à semelhança dos superiores maiores dos regulares, salvando sempre a dependência dos Ordinários dos lugares, conforme a norma do *Direito Canônico*, isto é, quando se trata de Religiões que não gozam desta faculdade, em virtude do direito (cân. 501, § 1.º; cân. 198, § 1.º, do *Código de Direito Canônico*).

Esta faculdade, com o consentimento do seu Conselho, podem subdelegá-la aos demais superiores maiores de sua Religião.

Secularização de professos temporários

14. Restituir a condição secular, com o consentimento do seu Conselho, aos seus súditos professos de votos temporários, de sorte que estes possam livre e licitamente regressar ao século, como se costuma dizer, segundo a norma tanto do cân. 640, § 1.º, nn. 1 e 2, do *Código de Direito Canônico*, como do cân. 191, § 1.º, das Letras Apostólicas *Postquam Apostolicis Litteris*.

Licença para residir fora da casa religiosa

15. Permitir aos seus próprios súditos, com o consentimento do seu Conselho, que, por justa causa, estejam ausentes da casa religiosa, mas não além de um ano. Esta licença, caso concedida por causa de doença, pode ser dada por todo o tempo que a necessidade perdurar; se porém fôr para obras de apostolado pode ser dada, havendo justa causa, ainda para além de um ano, contanto que as obras de postolado estejam de acôrdo com os fins da Religião e que se observem as normas do direito, tanto comum como particular.

Esta faculdade, com o consentimento do seu Conselho, podem subdelegá-la aos demais superiores maiores, que no entanto não se podem servir dela senão com o consentimento do seu próprio Conselho.

Cessão de bens patrimoniais

16. Conceder, com o consentimento do seu Conselho, aos seus súditos, professos de votos simples, que o pedirem razoavelmente, a faculdade de ceder por justa causa seus bens patrimoniais, excetuando os bens necessários para o sustento do religioso em caso de saída da Religião.

Esta faculdade, com o consentimento do seu Conselho, podem subdelegá-la aos demais superiores maiores, que no entanto não se podem servir dela senão com o consentimento do seu próprio Conselho.

Mudança de testamento

17. Conceder aos seus súditos, professos de votos simples, que possam mudar o seu testamento.

Esta faculdade, com o consentimento do seu Conselho, podem subdelegá-la aos demais superiores maiores da mesma Religião.

Transferência de noviciado

18. Transferir, com o consentimento do seu Conselho, para sempre ou temporariamente, a sede do noviciado, já ereto segundo a norma do direito, para outra casa da mesma Religião, avisando previamente o Ordinário do lugar onde está situada a casa de noviciado e observando o que deve ser observado segundo o direito.

Confirmação de superiores locais

19. Confirmar, com o consentimento do seu Conselho, para um terceiro triênio, os superiores locais, tendo tratado antes sôbre o assunto com o Ordinário do lugar.

II — NO QUE SE REFERE A EXTENSÃO, AO SUJEITO E AO USO DESTAS FACULDADES, DECLARA-SE O SEGUINTE :

Extensão

1. As faculdades supramencionadas referem-se às Religiões clericais de direito pontifício, quaisquer que sejam seu rito e a Sagrada Congregação da Sé Apostólica de que dependam.

2. As referidas faculdades devem ser consideradas concedidas também aos supremos moderadores das sociedades clericais de direito pontifício que vivem em comum, sem votos públicos (cf. lib. II, cap. XVII, do *Código de Direito Canônico*); as faculdades lembradas sob os nn. 9 e 14 concedem-se ainda aos supremos moderadores dos institutos seculares clericais de direito pontifício; das demais faculdades, porém, não poderão os ditos moderadores usar senão em favor dos súditos clérigos que não estejam incardinados numa diocese.

Sujeito

3. O sujeito destas faculdades é a pessoa do moderador supremo ou do abade presidente ou a pessoa que, à falta destes, segundo as constituições aprovadas, os sucede interinamente no regime.

Uso

4. Se o supremo moderador ou o abade presidente estiverem impedidos no exercício do seu cargo, podem subdelegar as mesmas faculdades, total ou parcialmente, ao religioso que fizer suas vêzes, e que por isso mesmo pode usar das faculdades e também subdelegá-las novamente, em cada caso, segundo os limites e as cláusulas acima estabelecidas.

5. Estes decretos entrarão em vigor este ano, a partir do dia 21 de novembro, e não carecem da fórmula que chamam de execução.

Da Sede da Secretaria do Estado de Sua Santidade, dia 6 de novembro de 1964.

AMLETO JOÃO CARD. CICOGNANI
Secretário de Estado

PRIMEIRO DISCO VOCACIONAL

"CRB Gravações" começou a funcionar!

Pronto o disco *O AMOR TEM DESSAS COISAS...* gravado pelo Departamento de Vocações, LP 12 polegadas. De um lado, quatro músicas; do outro, uma pequena novela vocacional.

Preço especial: Cr\$ 2.000 (não incluindo embalagem e frete). Serão enviados também às seções regionais da CRB, junto às quais V. poderá adquiri-lo.

Note e Anote

PAULO VI EXPÕE SUAS PREOCUPAÇÕES A UM JORNALISTA.

Pela primeira vez nos anais da Igreja contemporânea, um jornalista traz a público a sua entrevista cordial e espontânea com Paulo VI. Sua Santidade discorreu, com toda confiança, simplicidade e serenidade sobre alguns problemas da Igreja de hoje:

Limitação da natalidade

“O mundo pergunta se nós pensamos, e devemos dar uma resposta. Mas que resposta? Ficar silenciosos, não podemos; falar, coloca um problema formidável. Durante séculos, a Igreja nunca teve que enfrentar coisa alguma deste tipo... É uma questão delicada para os homens da Igreja e mesmo humanamente embaraçosa. Assim, a comissão se reúne, e uma montanha de relatórios e estudos se acumula. E a gente estuda muito, sabe? Mas, depois, cabe a nós decidir, e estamos só para decidir. Decidir não é fácil como estudar. No entanto, temos que falar. Mas falar o quê? Em verdade, Deus há de nos esclarecer”.

Unidade na Igreja

“O Concílio está mostrando que, ao lado de uma crise de fé no mundo, não há felizmente crise na Igreja. Os mais graves temas, como o da liberdade religiosa por exemplo, foram debatidos com amor. A formação das duas correntes, “progressistas” e “não progressistas”, como se diz, nunca implica o problema de fidelidade. Todos discutem pelo bem da Igreja, e não aparecem nem sinais de lutas internas. Se as houvesse, o Papa se preocuparia e avisaria claramente. Ele está lá para isso”.

Vida cristã

“A gente vê reproduzir-se, hoje em dia, a problemática dos primeiros convertidos obrigados a viver numa sociedade pagã. É preciso, em certas manifestações da vida profana, que o cristão se abstenha, se defenda e se imunize. É preciso, em outras, que ele coloque algumas perguntas para penetrá-las e resgatá-las, pelo bem e índices de fé nessas manifestações.

É uma atitude que faz o cristão vigilante e militante, que conscientiza o cristão dos problemas de seu tempo, que o faz capaz de manifestar um estilo de vida, que poderíamos chamar renovado e santo, livre e nobre, aberto e reservado. É uma atitude que deve caracterizar os filhos da Igreja, preocupados com a coerência e fidelidade".

Com os ciganos

Não obstante o mau tempo, quis o Papa comemorar seu 68.º aniversário deslocando-se a um acampamento de ciganos, a 30 quilômetros de Roma, para aí celebrar a missa entre 4 000 ciganos vindos de vários países europeus. O entusiasmo foi grande quando o Papa, no fim, começou a bater com as mãos o ritmo da música cigana.

O encontro do Vigário de Cristo com essa pobre gente é um gesto bem significativo, sobretudo quando se recorda o esquema 13 do Concílio, no desejo sempre mais manifesto de se tornar a Igreja presente ao mundo de hoje, qualquer que seja a condição de seus grupos políticos, sociais ou mesmo religiosos. Depois da missa, Paulo VI, falando em francês, alemão, inglês, espanhol e italiano, recordou a condição de autênticos caminhantes, sem repouso, que é a dos ciganos, muitas vezes desprezados, muitas vezes temidos e odiados, mas sempre presentes ao coração da Igreja: "É aqui na Igreja que vos lembrareis que sois irmãos; e nós, como irmãos, vos acolhemos".

A VOZ DAS RELIGIOSAS

O *Catholic Herald* diz, no dia 10 de setembro de 1965, sob o título "Irmãs americanas desejam voz em suas leis", o seguinte:

As 180 000 irmãs na América pediram ao Vaticano uma voz real na elaboração das leis que as ligam. A Conferência das Superiores Maiores, que representa as irmãs dos Estados Unidos, decidiu em Denver não querer mais aceitar um tipo de poder que serviria apenas para "adorno da janela". A Irmã Mary Luks, Presidente da Conferência, disse: "Tradicionalmente, tais regulamentos têm sido feitos por homens. Nós fazemos a forte sugestão de termos uma representação na Sagrada Congregação dos Religiosos e na Comissão do Direito Canônico".

Irmã Mary acrescentou que muitas determinações estão antiquadas no Código Canônico. Uma das leis requer que a irmã, saindo do convento, seja acompanhada por outra. Irmã Mary diz que uma mulher prudente deverá saber quando uma companhia é ou não necessária.

CRB Informa

CRB-Nacional — Constituiu um dos pontos culminantes da tradicional *Festa de Confraternização*, realizada na manhã da véspera de Natal, o sorteio de uma máquina de escrever "Olivetti — Lettera 22" com que a CRB brindou os padres e irmãs que passaram pela sua sede, de 9 a 24 de dezembro último.

Foi uma oportunidade em que diretores e funcionários da Conferência dos Religiosos e seus familiares, juntos, puderam mais uma vez repartir suas alegrias e compartilhar seus mais nobres e elevados sentimentos cristãos. Após a santa missa, celebrada no salão do escritório, o Padre Tiago, Secretário-Executivo da CRB, procedeu à abertura da urna, e uma das crianças presentes, em meio ao reboliço e encantamento com que aguardavam seus brinquedos, extraiu o talão premiado. Coube o número sorteado — 00830 — à Irmã Maria Adelaide, Serva de Maria Reparadora, Superiora do Colégio Nossa Senhora do Rosário, do Rio de Janeiro. O talão indicava como data da visita o dia 15 de dezembro, quando a Irmã tinha vindo à Conferência comprar uma passagem para Roma.

Ao final da contagem, registrou-se um total de 805 talões, divididos entre 393 padres e irmãos e 412 irmãs, o que representa o número de visitantes religiosos que compareceram à sede da CRB durante aquele período.

● A fim de melhor poder divulgar e passar à prática as grandes conclusões do Concílio Ecumênico, reuniu-se a Comissão Executiva da CRB com a presença do seu Presidente, Padre Antônio Aquino, S.J., e de dois peritos conciliares, tendo para isso marcado um ENCONTRO de 28 de fevereiro a 5 de março próximo entre os responsáveis da Conferência dos Religiosos e alguns peritos que participaram do Concílio e teólogos ou pessoas interessadas na vida e atividades desta Conferência.

Objetivo específico será estudar, em conjunto e por círculos, dentro de uma visão geral do Concílio, o capítulo sexto que a *Lumen Gentium* dedica aos religiosos bem como o Decreto *Perfectae caritatis*. Após debater temas referentes à vida religiosa, quer este encontro ainda, através dos secretários regionais e demais participantes da CRB, levar suas conclusões dentro das linhas conciliares às várias regiões do País.

O encontro se realizará na Casa de Retiros da Gávea, Rio de Janeiro, devendo os convocados partir do Colégio Imaculada Conceição, Botafogo, no dia 28 de fevereiro, às 8 horas, em ônibus especial.

Pelas Revistas

LE CHRIST AU MONDE (n.º 5 de 1965) — Além de uma seleção de textos pontifícios sobre o Concílio e o *aggiornamento*, podemos ressaltar o seguinte:

— F. L., no editorial, escreve sobre o “papel de nossas escolas na evangelização do mundo”. A Igreja tem um número considerável de padres, religiosos e religiosas, sem falar dos leigos, que dedicam todo o seu tempo às atividades escolares. Cerca de 100 mil escolas, 600 mil professores e 20 milhões de alunos, segundo dados fornecidos por *L'Osservatore Romano* em 1959. São quatro as finalidades apostólicas da escola católica: 1) formar cristãos convictos e fervorosos, inculcando-lhes o espírito apostólico; 2) favorecer o desabrochar das vocações sacerdotais e religiosas; 3) tornar conhecido e amado o Salvador e conduzir a Ele e à Igreja os filhos de famílias não cristãs ou não católicas, ou não praticantes; 4) contribuir para a evangelização e conversão do mundo. Certo número de escolas em alguns países atingem em cheio tais finalidades. São porém uma minoria. Fato desconcertante e doloroso. O autor discorre sobre escolas católicas em países de missão, nos Estados Unidos, para traçar algumas orientações no final. “O *aggiornamento* desejado pelo Concílio exige que submetamos todas as escolas a um exame franco e corajoso, e que nos perguntemos se eles se inscrevem, de fato e eficazmente, na Missão de salvação da Igreja” (p. 411).

— Ir. Mary Petrone Litwin: “Ensaio para cristianizar as mulheres adultas, graças à Escola”. Trata-se de um testemunho desenvolvido pelas religiosas de Maryknoll em Talca (Chile).

— P. C. Sūsainathan: “Uma experiência de apostolado pelo filme”.

— Gérard Philips: “As missões ainda são necessárias? A resposta da *Lumen Gentium*”.

— P. John M. Robinson: “Apostolado familiar na África”.

— P. Jan Joos: “Desenvolvimento prodigioso dos meios de informação e possibilidades apostólicas”.

— P. Omer Degrijse: “Por uma espiritualidade de ação apostólica — alguns dados”.

RELIGIEUSES D'ACTION HOSPITALIÈRE ET SOCIALE (novembro de 1965).

— P. Beyer, S. J.: “Fundamentos teológicos de uma educação do senso de responsabilidade”. O autor parte do cap. 14 de São Lucas, onde Cristo encoraja os que o seguem para que façam a opção fundamental de sua vida. Quem quiser segui-lo, precisa carregar a cruz. Duas parábolas de Jesus, narradas nesse capítulo de São Lucas, nos revelam o homem, responsável por sua vida e por seus atos, revelam todo o valor pessoal da responsabilidade humana.

— P. Charles Ehlinger: “Apostolado da Igreja e encontro com os homens”. Todo religioso encontrará neste artigo os problemas que se colocam na sua vida apostólica — apostolado indissociável do espiritual — com todas as suas repercussões. Obstáculos que provêm de aparentes antinomias (p.ex. trabalho profissional ou evangelização?) de nossa mentalidade (preocupação pelo número, tentação de unidade, primado à organização, medo de não ser suficientemente moderno...) são analisados impiedosamente pelo autor. Põe o dedo nas chagas. Merece leitura atenta e meditação.

— Ir. Marie Odile: "Participação das jovens do lar". Um artigo de interesse para quem dirige pensionato.

RIVISTA DELLE RELIGIOSE (outubro de 1965)

— D. Angelina Lazzeri: "Ao dom de Deus, o dom do homem". O Concílio Ecumênico exprimiu seu aprêço pela vida religiosa qualificando-a como "um dom divino que a Igreja recebeu do seu Senhor e por graça dele sempre conserva". Por isso o Concílio convida os religiosos a retribuir, dando-se "totalmente a Deus sumamente amado, de tal modo que por um novo e peculiar título é ordenado ao serviço de Deus e à sua honra".

— Benvenuto Matteucci: "Aspecto ascético do Concílio Vaticano II".

— P. Santino Raponi: "Os fundamentos bíblicos da vida religiosa". O autor retoma o exame do fato fundamental de nossa vida: o desígnio de Deus sobre a criatura humana chamada a realizar a sua vontade de consagração. Isto à luz do Novo Testamento.

— "Problemas de Formação". Grande fonte de crises é a técnica de algumas religiosas em ficar firmes em suas posições: "sempre se fez assim!" De outro lado, faz-se sempre mais urgente a exigência de abrir-se para compreender que o mundo está mudado e continua a modificar-se continua e rapidamente. Tal abertura exige preparação, exige tempo, e as religiosas, diz-se, estão sobrecarregadas de trabalhos.

LUMEN (set.-outubro de 1965)

— J. Quelhas Bigotte: "Alguns aspectos de vida pastoral". Dá-se aí o sentido espiritual de cura de almas, medem-se a dignidade e importância do ministério pastoral, diz-se da necessidade de conhecer as almas. Depois de falar sobre a fraternidade espiritual do pároco, o autor enfrenta com sinceridade o problema de muitos sacerdotes: desesperança ou soledade?

ITINERARIUM (jul.-setembro de 1965)

— José Maciel: "O sacerdócio do Povo de Deus". Entre as conclusões lemos: "Mesmo tendo em conta a analogia evidente de seu sacerdócio, o cristão é alguém na Igreja, e alguém de essencial. Tem uma personalidade. Por isso, antes de dizer-lhe o que deve fazer, é mais conveniente dizer-lhe primeiro o que ele é". A função do leigo na Igreja é original, não se esgotando na agregação a um movimento qualquer, mandatado ou não. "A sua fundação é algo de irreduzível, distinto, ainda que dependente da função hierárquica". Função permanente também. "O sacerdócio comum dos fiéis e o sacerdócio ministerial ou hierárquico, embora se diferenciem essencialmente e não apenas em grau, estão no entanto ordenados um para o outro, pois ambos, cada um a seu modo, participam do único sacerdócio de Cristo".

— João Ferreira: "Juventude, Educação e Liberdade".

— José Antônio de Silva Soares: "Colaboração da família e da escola na preparação e na escolha duma vocação".

*As Superiores Miores e Diretoras de Escolas Normais
recomendam o*

CONGRESSO BRASILEIRO DE ENSINO NORMAL

Data: 11 a 16 de julho de 1966

Local: Colégio Imaculada Conceição

Praça de Botafogo, 266

RIO DE JANEIRO (ZC-02) — GB

Recensões Bibliográficas

L I V R O S

Da Livraria AGIR, Rio de Janeiro:

CÔN. JUVENAL ARDUINI — *O Marxismo* (n.º 15 da Coleção do Inst. de Estudos Políticos e Sociais), 1965, 1 vol. br., 125x115 mm, 199 pp., Cr\$ 3 000.

Da Livraria Duas Cidades, S. Paulo:

Ivo ZANLORENZI — *A Pregação na Renovação da Igreja* (n.º 2 da Coleção "A Igreja sem fronteiras"), 1966, 1 vol. br., 170x105 mm, 144 pp.

Da Editora Vozes, Petrópolis, RJ:

LUCIANO PARISSE, O.P. — *Reconciliai-vos com Deus* (Guia da

participação do Cristão no Sacramento da Penitência — Publicação do Secretariado Nacional de Liturgia da CNBB), 1965, 1 vol. br., 190x125 mm, 104 pp.

FLODOALDO FROENÇA RICHMANN, S.J. — *O atual Movimento Católico de Renovação Bíblica*, 1965, 1 vol. br., 220x150 mm, 30 pp.

RAFARLE GAGLIARDI — *Gíso, anjinho negro*, trad. do original italiano, 1965, 1 vol. br., 220x150 mm, 98 pp.

R E V I S T A S

Do Brasil:

Carta aos Padres — outubro 1965, São Paulo.

Cidade Nova — out.-nov.-dez. 1965, São Paulo.

Convivium — dezembro 1965, São Paulo.

Igreja em Foco — nos. 17 e 18 de 1965, Rio de Janeiro.

Liturgia e Vida — nov.-dezembro 1965, Rio de Janeiro.

Sponsa Christi — dezembro 1965, Petrópolis, RJ.

Verbum — set.-dezembro 1965, Rio de Janeiro.

Vozes — novembro e dezembro 1965, Petrópolis, RJ.

Do Exterior:

Concilium — outubro 1965, Lisboa.

Confer — jul.-setembro 1965, Madri.

Lumen — novembro 1965, Lisboa.

Prêtres aujord'hui — novembro e dezembro 1965, Sèvres (França).

Prêtres diocésains — dezembro 1965, Paris.

Revue des Communautés Religieuses — outubro 1965, Bruges.

Rivista delle Religiose — novembro e dezembro 1965, Roma.

Rivista di Pedagogia e Scienze Religiose — set.-dezembro 1965 Turim.